

ANA LUCIA SILVA DE SOUZA DOS REIS

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA ROTA BIOCEÂNICA:
RELEVÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO EM
MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO E DOUTORADO
CAMPO GRANDE-MS
2026**

ANA LUCIA SILVA DE SOUZA DOS REIS

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA ROTA BIOCEÂNICA:
RELEVÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO EM
MATO GROSSO DO SUL**

Defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado e Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação do Prof. Dr. Heitor Romero Marques e coorientação da Profª. Drª. Arianne Wust de Freitas Francischini.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul (Escolagov)

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO E DOUTORADO
CAMPO GRANDE-MS
2026**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Dinâmicas Migratórias na Rota Bioceânica: Relevância da Criação de um Observatório em Mato Grosso do Sul

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Data da Defesa: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heitor Romero Marques - UCDB (orientador)

Prof^a. Dr^a. Ariane Wust de Freitas Francischini - UCDB (coorientadora)

Prof^a. Dr^a. Arlinda Cantero Dorsa – UCDB (membro interno)

Prof. Dr. João Fábio Sanches Silva – UEMS (membro externo)

AGRADECIMENTOS

Minha sincera gratidão a Deus, cuja presença constante sustentou e deu sentido a cada etapa desta caminhada. À minha família, que permanece como meu porto seguro e fonte permanente de força, agradeço pelo apoio, pela compreensão e por todo o amor que tornaram possível a realização deste projeto. Expresso também meu reconhecimento aos colegas de trabalho, cuja parceria e incentivo diário fortaleceram minha trajetória acadêmica. À Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul – Escolagov, registro meu profundo agradecimento pela concessão da bolsa, apoio essencial para a concretização desta pesquisa. Ao meu orientador e aos integrantes da banca examinadora, sou grata pela dedicação, pelo rigor intelectual e pelas contribuições que enriqueceram este estudo. Estendo ainda meus agradecimentos aos amigos e aos colegas de curso, pela troca constante de experiências e pelo aprendizado compartilhado ao longo desta jornada.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Diferenças e similaridades entre contrabando de migrantes e tráfico de pessoas	15
Figura 2	Breve histórico das migrações internacionais no Brasil	18
Figura 3	Barreiras culturais, econômicas e sociais	28
Figura 4	Modelo conceitual do desenvolvimento regional associado à Rota Bioceânica	32
Figura 5	Função analítica da bibliometria no observatório de migrações internacionais	47
Figura 6	Proposta de estrutura e nome para o observatório	61
Figura 7	Percepções positivas sobre o papel do Estado	62
Figura 8	Percepções negativas sobre o papel do Estado	63
Tabela 1	Distribuição dos participantes por faixa etária	52
Tabela 2	Nacionalidade dos participantes	52
Tabela 3	Tempo de Residência no Brasil	52
Tabela 4	Tempo de Residência em Mato Grosso do Sul	53
Tabela 5	Município de residência dos entrevistados	53
Tabela 6	Motivação para migrar para Mato Grosso do Sul	54
Tabela 7	Principais desafios relatados pelos migrantes	55
Quadro 1	Municípios com registro de imigrantes internacionais (2023)	23
Quadro 2	Imigrantes internacionais registrados em MS (2015 a 2024)	24
Quadro 3	Dimensões de impacto da Rota Bioceânica	25
Quadro 4	ODS relacionados à pesquisa	26
Quadro 5	Benefícios potenciais para o desenvolvimento local	29
Quadro 6	Alguns benefícios previstos com a implantação da Rota Bioceânica em MS	31
Quadro 7	Principais técnicas bibliométricas mencionadas	38
Quadro 8	Etapas de organização de um levantamento bibliométrico	43
Quadro 9	Categorias analíticas possíveis na bibliometria	44
Quadro 10	Considerações adicionais para o observatório	62
Quadro 11	Sugestão de indicadores de processo e de resultado	68
Gráfico 1	Atendimentos anuais (2017-15/11/2025)	49
Gráfico 2	Atendimentos por gênero (2021-15/11/2025)	49
Gráfico 3	Serviços ofertados (2021-15/11/2025)	50
Gráfico 4	Número de migrantes atendidos pelo CADH (outubro/2025)	50
Gráfico 5	Principais serviços ofertados pelo CADH (outubro/2025)	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BR	Rodovias federais brasileiras
CADH	Centro de Atendimento em Direitos Humanos
CADMI-MS	Cadastro de Atendimento dos Migrantes em Mato Grosso do Sul
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MIGRAFRON	Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais
MS	Mato Grosso do Sul
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais (Brasil)
ONU	Organização das Nações Unidas
SEAD	Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório (Polícia Federal)
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
2	MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL	13
2.1	Panorama histórico das migrações no Brasil	16
2.1.1	Principais fluxos migratórios ao longo da história	17
2.1.2	Mudanças nas políticas migratórias	19
2.2	Caracterização das migrações em Mato Grosso do Sul	21
2.2.1	Contexto geográfico, social e econômico	21
2.2.2	Impacto das fronteiras e a Rota Bioceânica	25
2.3	Desafios e oportunidades	27
2.3.1	Barreiras culturais, econômicas e sociais	27
2.3.2	Benefícios potenciais para o desenvolvimento local	30
3	A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOMETRIA NO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	35
3.1	Conceitos e métodos da bibliometria	37
3.1.1	Definição e aplicações	38
3.1.2	Migrações, desenvolvimento local e Rota Bioceânica: possível contribuição analítica da bibliometria	39
3.2	Relevância da bibliometria para políticas migratórias	40
3.2.1	Informações para a formulação de Políticas Públicas	41
3.2.2	Proposta de organização do levantamento bibliométrico	42
3.3	A bibliometria utilizada como instrumento estruturante de um observatório de migrações internacionais	45
4	O CENTRO DE ATENDIMENTO EM DIREITOS HUMANOS (CADH) COMO BASE EMPÍRICA E O PERFIL DOS MIGRANTES ENTREVISTADOS	47
4.1	O CADH como porta de entrada para o atendimento aos migrantes	47
4.2	Dados empíricos dos atendimentos e das entrevistas realizadas no CADH	49
4.2.1	Procedimentos metodológicos das entrevistas	50
4.2.2	Perfil sociodemográfico dos entrevistados	51
4.2.3	Motivações e trajetórias migratórias	53
4.3	Análise das entrevistas e implicações para a política migratória	54

4.3.1	Contribuições das entrevistas para a criação de um observatório de migrações	55
5	O OBSERVATÓRIO DE MIGRAÇÕES EM MATO GROSSO DO SUL	56
5.1	Conceitos e funções de um observatório	56
5.1.1	Importância da criação de um observatório	58
5.1.2	Alguns modelos existentes no Brasil	59
5.1.3	Proposta de estrutura para Mato Grosso do Sul	60
5.1.4	Percepções sobre o papel do Estado e a necessidade de um observatório	62
5.2	Integração com a Rota Bioceânica	63
5.2.1	Possibilidades de cooperação regional	64
5.2.2	Papel do observatório na Rota Bioceânica	65
5.3	Desafios e oportunidades	65
5.3.1	Benefícios sociais, econômicos e culturais	66
5.3.2	Contribuições para a pesquisa acadêmica	66
5.3.3	O observatório como base para políticas públicas fundamentadas em evidências	67
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICE	78

REIS, Ana Lucia Silva de. **Dinâmicas Migratórias na Rota Bioceânica: Relevância da Criação de um Observatório em Mato Grosso do Sul**. 81f. 2026. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2025.

RESUMO

A pesquisa examina a pertinência, as bases conceituais e a viabilidade da criação de um observatório de migrações internacionais em Mato Grosso do Sul, reconhecendo que o Estado ocupa posição estratégica na mobilidade humana regional, especialmente com o avanço da Rota Bioceânica. O trabalho parte do entendimento de que a ausência de mecanismos permanentes de monitoramento, sistematização de dados e análise integrada compromete a qualidade do planejamento público e limita a capacidade de resposta às demandas dos migrantes internacionais. Nesse sentido, o estudo busca demonstrar como um observatório pode contribuir para uma gestão orientada por evidências, articulando ciência, administração pública e direitos humanos. A investigação adota abordagem qualitativa, complementada por procedimentos quantitativos e pela análise de documentos normativos e institucionais. Foram realizadas entrevistas estruturadas com migrantes atendidos no Centro de Atendimento em Direitos Humanos (CADH), que constituíram o núcleo empírico da pesquisa. As narrativas evidenciaram trajetórias diversas, desafios relacionados ao acesso a serviços públicos, fragilidade de informações governamentais e percepção de descontinuidade nas políticas de atendimento. Paralelamente, a revisão teórica reuniu contribuições sobre migração internacional, desenvolvimento regional, fronteiras e governança migratória, incorporando também os fundamentos da bibliometria, utilizados para mapear lacunas de produção científica e potencialidades analíticas. A análise demonstrou que a mobilidade humana em Mato Grosso do Sul apresenta características multifacetadas, influenciadas pela dinâmica fronteiriça com Paraguai e Bolívia, pela presença de múltiplas nacionalidades e pelas transformações econômicas impulsionadas pela integração bioceânica. O estudo identificou que a inexistência de um sistema unificado de dados fragiliza diagnósticos, dificulta o monitoramento e reduz a efetividade das políticas públicas. A partir desses achados, discute-se o papel de um observatório como espaço interinstitucional de produção e disseminação de informações, capaz de apoiar governos estaduais e municipais na formulação de políticas baseadas em evidências e na construção de indicadores consistentes. O trabalho apresenta, ainda, uma proposta preliminar de estrutura organizacional para o observatório, seus eixos de atuação, possibilidades de articulação com universidades e órgãos públicos e exemplos de indicadores de processo e de resultado aplicáveis ao acompanhamento das políticas migratórias. O estudo indica que o observatório de migrações internacionais em Mato Grosso do Sul tende a se constituir como um instrumento relevante de planejamento, transparência e governança, com potencial para fortalecer a integração regional, aprimorar a gestão estatal e promover os direitos humanos das populações migrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações internacionais; Observatório; Políticas públicas; Mato Grosso do Sul.

REIS, Ana Lucia Silva de. **Migration Dynamics on the Bioceanic Route: Relevance of Creating an Observatory in Mato Grosso do Sul**. 81f. 2026. Dissertation. Postgraduate Program in Local Development – Master's Degree. Dom Bosco Catholic University, Campo Grande-MS, 2025.

ABSTRACT

This study examines the relevance, conceptual foundations, and feasibility of establishing an observatory of international migration in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. The research is grounded in the understanding that the state occupies a strategic position in South American mobility dynamics, particularly in light of the Bioceanic Route corridor. The absence of permanent mechanisms for monitoring, organizing, and integrating migration-related data weakens governmental planning capacity and limits the effectiveness of public policies directed at international migrants. The study therefore aims to demonstrate how an observatory could contribute to evidence-based governance by integrating scientific knowledge, public administration, and human rights perspectives. The research applies a qualitative methodological approach, complemented by quantitative elements and the analysis of institutional and normative documents. Structured interviews were conducted with international migrants assisted at the Center for Human Rights Assistance (CADH), which formed the empirical core of the study. Their narratives reveal diverse migratory trajectories, barriers in accessing public services, insufficient governmental information, and recurrent perceptions of discontinuity in assistance policies. The theoretical framework incorporates literature on international migration, regional development, border dynamics, and migration governance, as well as bibliometric concepts used to identify gaps in scientific production and potential analytical contributions. The findings show that human mobility in Mato Grosso do Sul is multifaceted, shaped by its border dynamics with Paraguay and Bolivia, the presence of multiple nationalities, and economic transformations associated with regional integration. The lack of a unified data system weakens diagnostic capacity, hinders monitoring, and limits policy effectiveness. Based on this evidence, the study discusses the role of a migration observatory as an interinstitutional space for producing and disseminating information, supporting state and municipal governments in formulating evidence-based policies and constructing consistent indicators. The dissertation also presents a preliminary organizational structure for the proposed observatory, outlining key areas of action, potential cooperation with universities and government institutions, and examples of process and outcome indicators applicable to migration policy monitoring. The study suggests that the observatory of international migration in Mato Grosso do Sul has the potential to become a relevant instrument for planning, transparency, and governance, contributing to regional integration, improving state management, and advancing the human rights of migrant populations.

KEYWORDS: International migration; Observatory; Public policies; Mato Grosso do Sul.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A elaboração desta pesquisa teve início a partir da necessidade da pesquisadora, enquanto servidora pública estadual atuante na área de direitos humanos, em obter informações e dados confiáveis sobre a situação dos migrantes internacionais em Mato Grosso do Sul. Essa necessidade revelou limites estruturais na produção e no uso de informações sobre migrações no âmbito estadual, especialmente no que se refere à fragmentação de registros entre diferentes esferas governamentais e à carência de análises sistemáticas capazes de subsidiar o planejamento e a oferta de serviços públicos.

Diante desse cenário, e considerando os desafios associados à implantação da Rota Bioceânica, a investigação é orientada pela seguinte pergunta norteadora: **qual é a relevância de um observatório de migrações internacionais em Mato Grosso do Sul, diante dos desafios associados à implantação da Rota Bioceânica?** Parte-se da hipótese, portanto, de que sua criação pode fortalecer a gestão pública, melhorar a qualidade do planejamento migratório no Estado e contribuir para a produção e sistematização do conhecimento científico sobre migrações internacionais, ampliando o diálogo entre pesquisa acadêmica e políticas públicas.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, consiste em **analisar a relevância e a viabilidade da criação de um observatório de migrações internacionais, como instância de apoio à gestão pública e de fortalecimento da governança migratória estadual.**

Destacam-se, também, como objetivos específicos da pesquisa: **contextualizar as migrações e analisar o CADH e o perfil dos migrantes atendidos; identificar lacunas informacionais e justificar a criação de um observatório estadual; propor a estrutura do observatório, relacionando-o à Rota Bioceânica e ao fortalecimento de políticas públicas; apresentar indicadores alinhados à Agenda 2030 e ao desenvolvimento sustentável.**

A análise parte do entendimento de que Mato Grosso do Sul, em razão de sua posição geográfica estratégica e de sua inserção em um eixo de integração regional em consolidação, assume papel singular nas migrações internacionais contemporâneas. A intensificação dos fluxos transfronteiriços, articulada a transformações econômicas e territoriais, amplia a complexidade das dinâmicas migratórias e impõe novos desafios à atuação do poder público.

Nesse contexto, o processo de investigação evidenciou a diversidade de origens, trajetórias e formas de inserção dos migrantes no Estado, ao mesmo tempo em que se constitui como um **registro de época**, ao reunir evidências empíricas e percepções institucionais que

retratam o momento atual das migrações internacionais em Mato Grosso do Sul e a capacidade de resposta do Estado diante desse fenômeno.

Ao articular dimensões sociais, históricas, acadêmicas e pessoais, a temática investigada reafirma-se como estratégica para a compreensão das transformações contemporâneas vivenciadas por Mato Grosso do Sul. Socialmente, contribui para dar visibilidade a sujeitos historicamente pouco considerados nos processos decisórios, reforçando a centralidade da dignidade humana nas ações estatais.

Do ponto de vista histórico, registra um momento de inflexão regional marcado pela intensificação da integração sul-americana e pela reconfiguração das mobilidades transfronteiriças. No campo acadêmico, amplia o debate sobre migrações internacionais em territórios de fronteira ainda pouco explorados pela literatura nacional, ao mesmo tempo em que aproxima a produção científica das demandas concretas da gestão pública. Em plano pessoal, a pesquisa traduz uma trajetória profissional comprometida com a efetivação dos direitos humanos, transformando a experiência institucional em reflexão crítica e em contribuição para o aprimoramento das políticas públicas.

A proposta de criação de um observatório fundamenta-se na compreensão de que a gestão migratória demanda mais do que ações pontuais, exigindo a produção contínua de dados qualificados, a articulação interinstitucional e a aproximação entre o conhecimento científico e a tomada de decisão pública. A observação sistemática dos fluxos e a construção de indicadores consistentes configuram-se como condições essenciais para o fortalecimento de políticas orientadas pelos direitos humanos, pela transparência e pela efetividade das ações estatais.

Ao longo do percurso teórico e empírico, torna-se evidente que a Rota Bioceânica representa um processo de transformação regional com repercussões diretas sobre a mobilidade humana e as relações interculturais. A conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico tende a reconfigurar fluxos populacionais, gerar novas oportunidades de trabalho e ampliar a diversidade social, especialmente nas regiões de fronteira, exigindo instrumentos de planejamento capazes de antecipar tendências e orientar respostas institucionais.

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, complementada por procedimentos quantitativos. Para atender ao objetivo central, adotou-se como eixo metodológico a revisão estruturada da literatura e a realização de entrevistas estruturadas com migrantes internacionais.

A articulação entre a revisão da literatura e a discussão teórico-metodológica da bibliometria possibilitou construir uma leitura integrada sobre migrações internacionais, desenvolvimento regional e governança migratória. Esse arranjo contribui para evidenciar a

importância da sistematização contínua de informações como suporte às políticas públicas e ao planejamento territorial.

No que se refere à revisão teórica, foram reunidos autores e documentos relacionados aos temas do desenvolvimento local, da mobilidade humana, das políticas migratórias e das dinâmicas fronteiriças. Essa seleção permitiu estruturar uma base conceitual consistente e integrar os achados empíricos a uma interpretação mais ampla do fenômeno migratório.

Quanto ao delineamento do trabalho, a dissertação está organizada em seis capítulos, iniciando-se pelas considerações iniciais e concluindo-se com as considerações finais, sendo os capítulos intermediários dedicados ao desenvolvimento teórico, metodológico e empírico do objeto de estudo.

O Capítulo 2 apresenta uma contextualização da migração internacional no Brasil e em Mato Grosso do Sul, abordando conceitos, trajetórias históricas, marcos legais e aspectos territoriais, com atenção às fronteiras e às transformações associadas à Rota Bioceânica.

No Capítulo 3, discute-se a bibliometria como abordagem conceitual aplicada aos estudos migratórios, apresentando seus fundamentos e potencialidades. Embora não tenha sido realizada uma análise bibliométrica empírica, o capítulo delimita possibilidades de uso dessa abordagem em pesquisas futuras.

O Capítulo 4 dedica-se à apresentação do Centro de Atendimento em Direitos Humanos como base empírica da pesquisa, descrevendo seu funcionamento e analisando as entrevistas realizadas com migrantes atendidos no serviço, evidenciando demandas, trajetórias e desafios institucionais relacionados à gestão migratória.

No Capítulo 5, são retomados os fundamentos e funções de um observatório de migrações internacionais, discutindo-se sua adequação aos desafios regionais e sua contribuição para a institucionalização de mecanismos permanentes de monitoramento, além da apresentação de indicadores ilustrativos e de uma proposta estrutural.

Essa organização busca assegurar um percurso analítico articulado, partindo de um contexto mais amplo, avançando pelos fundamentos teórico-metodológicos e culminando em uma proposta aplicada às necessidades regionais.

Para fins deste estudo, estabelece-se como delimitação conceitual que os termos “migração” e “migrantes” referem-se estritamente aos fenômenos transnacionais. Assim, o escopo do trabalho circunscreve-se aos movimentos populacionais que envolvem o cruzamento de fronteiras estatais, foco essencial para a proposta do observatório, dada a localização estratégica de Mato Grosso do Sul. Excluem-se, portanto, as mobilidades internas que não se enquadram nos objetivos desta investigação.

2 MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

A migração internacional constitui um fenômeno social, econômico e político de caráter multidimensional, que acompanha a história do Brasil desde o período colonial até a contemporaneidade.

Para iniciar uma discussão sobre a temática, em primeiro lugar precisa-se entender que o termo é usado de forma geral, para caracterizar qualquer indivíduo ou família que sai de seu local habitual de moradia e se transfere para outro município, estado ou país. Porém, a definição acima não cabe quando se refere ao residente fronteiriço; tanto é que a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração, em substituição ao Estatuto do Estrangeiro, teve seu inciso I do § 1º do Art. 1º, vetado pelo Congresso Nacional, ouvida também a Casa Civil da Presidência da República, sob a justificativa de que:

O dispositivo estabelece conceito demasiadamente amplo de migrante, abrangendo inclusive o estrangeiro com residência em país fronteiriço, o que estende a todo e qualquer estrangeiro, qualquer que seja sua condição migratória, a igualdade com os nacionais, violando a Constituição em seu artigo 5º, que estabelece que aquela igualdade é limitada e tem como critério para sua efetividade a residência do estrangeiro no território nacional (Brasil, 2017).

Para melhor compreensão das regras aplicáveis aos migrantes, a Lei de Migração define de forma clara os seguintes termos:

I - (VETADO);

II - imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil;

III - emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior;

IV - residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho;

V - visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional;

VI - apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro (Brasil, 2017).

Na utilização da terminologia de migração internacional, temos que ter ciência de seu significado, que é o de deixar o país de origem para ir morar em outro. Esse movimento vem ocorrendo há séculos, mas tem se intensificado ao longo dos anos.

Entre 1880 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas. O primeiro destino dessas populações eram os Estados Unidos (21,4 milhões, 70%); em segundo lugar estava a Argentina, com 4,2 milhões, em terceiro o Brasil, com 2,9

milhões, e em quarto o Canadá, com 2,5 milhões. O início da Primeira Guerra detém essa tendência, que volta a subir nos anos 1920, mas diminui sensivelmente durante a década de 1930 (Oliveira, 2002).

Outra definição que não pode ser excluída, quando o assunto é migração internacional, é a de refugiado.

A lei brasileira de refúgio nº 9474/1997 define como pessoa refugiada aquela que:

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias anteriores;

III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Estas definições seguem a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados e também a Declaração de Cartagena de 1984 que amplia a definição inicialmente prevista na Convenção de 1951 (ACNUR, 2024).

Quanto às categorias determinadas para migração, Tilly (1978), citado por Truzzi (2008, p. 200), apresenta a seguinte classificação:

a) Locais: quando o indivíduo se desloca a um mercado (seja este de trabalho, de terras, seja mesmo matrimonial) geograficamente contíguo, que normalmente já lhe é familiar.

b) Circulares: quando o indivíduo se desloca a um mercado por um determinado intervalo de tempo definido, ao cabo do qual retorna a sua origem.

c) De carreira: em que o indivíduo se desloca respondendo a oportunidades de ocupação de postos oferecidos por uma organização a que pertence ou associados a uma profissão que já exerce.

d) Em cadeia: que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino.

Ao transitar dos aspectos conceituais para uma leitura ancorada em dados concretos, observa-se que o Brasil, em diferentes períodos, atuou como receptor de intensos fluxos migratórios, emissor de contingentes de emigrantes e, mais recentemente, como território de trânsito e de acolhimento humanitário. Essa condição híbrida caracteriza o século XXI e evidencia a complexidade dos movimentos populacionais no espaço brasileiro (Costa, 2016).

No cenário global, as migrações são impulsionadas por fatores de atração e expulsão: demandas econômicas, oportunidades de trabalho, crises políticas, conflitos armados e desastres naturais. O Brasil não escapa a essa lógica. Historicamente, recebeu africanos escravizados pelo tráfico transatlântico, europeus incentivados por políticas de colonização, asiáticos, latino-americanos e, mais recentemente, haitianos e venezuelanos em contextos humanitários (Paiva, 2020). Ao mesmo tempo, desde os anos 1980, também se tornou país de

emigração, com brasileiros buscando melhores condições em países como Estados Unidos, Japão e Portugal.

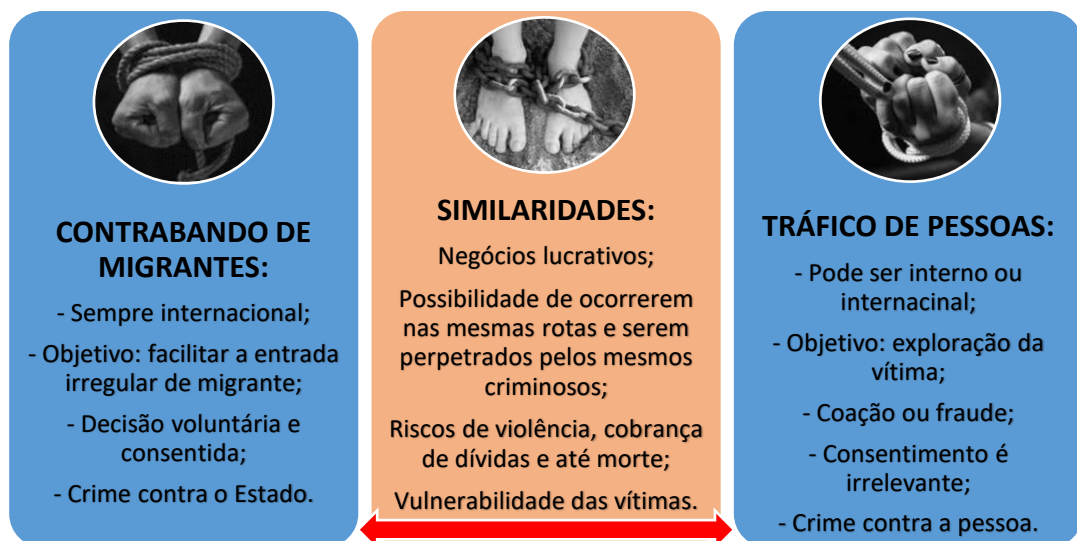
No plano regional, Mato Grosso do Sul sempre ocupou posição estratégica. Localizado no centro da América do Sul e com extensa faixa de fronteira com Paraguai e Bolívia, seu território foi marcado pela mobilidade populacional. As cidades-gêmeas Ponta Porã–Pedro Juan Caballero e Corumbá–Puerto Quijarro são exemplos da intensidade de interações sociais, comerciais e culturais transfronteiriças. Além disso, o Estado integra o traçado da Rota Bioceânica, corredor logístico que conectará Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, ampliando a circulação de pessoas, mercadorias e capitais (Silva; Grechi; Carneiro, 2023).

O fenômeno migratório deve ser compreendido em sua pluralidade: como fluxo histórico que estruturou a formação social e cultural brasileira; como processo contínuo que impacta a economia e o mercado de trabalho; e como desafio contemporâneo para políticas públicas, especialmente nos campos dos direitos humanos, assistência social e integração socioeconômica.

Segundo relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM) de 2018, ao favorecerem a circulação de pessoas, culturas e conhecimentos, contribuem para a promoção da diversidade, para a inovação social e para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional, especialmente em contextos fronteiriços como o de Mato Grosso do Sul.

Além dos fluxos regulares, há o desafio crescente do contrabando e tráfico de migrantes, práticas ilícitas que violam direitos fundamentais e exploram vulnerabilidades humanas. O Protocolo das Nações Unidas contra o Contrabando de Migrantes (Brasil, 2004) tipifica essas condutas e reforça a cooperação internacional no enfrentamento a tais crimes.

Figura 1- Diferenças e similaridades entre contrabando de migrantes e tráfico de pessoas



Fonte: Autoria própria, com base nos dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasil

Após assimilar os principais conceitos e marcos normativos que orientam a migração internacional, é pertinente analisar sua trajetória histórica no Brasil, observando os fluxos populacionais que moldaram a formação social, econômica e cultural do país.

2.1 Panorama histórico das migrações no Brasil

A compreensão das dinâmicas migratórias brasileiras requer uma leitura histórica que considere os diferentes contextos econômicos, políticos e culturais que influenciaram os deslocamentos populacionais ao longo do tempo. Desde o período colonial, o território brasileiro tem sido palco de intensos movimentos de entrada e saída de pessoas, motivados por processos de colonização, escravidão, industrialização e globalização. Esses fluxos, de natureza diversa (voluntária ou forçada, interna ou internacional), contribuíram para conformar a pluralidade étnica e social do país, ao mesmo tempo em que revelam as continuidades e rupturas nas políticas e nas práticas de mobilidade humana.

Nesse cenário, o exame dos principais fluxos migratórios ao longo da história permite compreender as diferentes fases da mobilidade populacional e suas implicações na constituição do território e da sociedade brasileira.

2.1.1 Principais fluxos migratórios ao longo da história

Desde o período colonial até os dias atuais, diferentes fluxos moldaram a composição demográfica, cultural e econômica da trajetória migratória no Brasil. O país pode ser compreendido como território construído pela migração em múltiplas escalas: a chegada forçada de africanos escravizados, a imigração voluntária de europeus e asiáticos, a mobilidade interna de brasileiros em busca de melhores condições de vida e, mais recentemente, deslocamentos internacionais em contextos humanitários e econômicos (Costa, 2016; Baeninger, 2019).

O primeiro grande fluxo migratório para o Brasil foi o de portugueses, que iniciaram a colonização do território em 1500. Exploradores, missionários e colonos vieram em busca de riquezas naturais e evangelização dos povos indígenas. A colonização portuguesa consolidou o sistema de *plantation* no Nordeste e no Rio de Janeiro, ampliando a necessidade de mão de obra, o que levou a uma demanda por importação massiva de africanos escravizados.

Segundo o portal Brasil Escola (2025), estima-se que, entre os séculos XVI e XIX, mais de 4,8 milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil, o que o torna o país que

mais recebeu africanos escravizados nas Américas. Esse contingente deixou marcas profundas na cultura, religião e identidade social do país, além de estabelecer bases das desigualdades raciais ainda presentes.

Com a independência (1822) e, sobretudo, após a abolição da escravidão em 1888, o Brasil buscou substituir a mão de obra escrava, implantando políticas de incentivo à imigração europeia, oferecendo transporte gratuito e terras, atraindo italianos, alemães, espanhóis e portugueses, sendo esses fundamentais para a lavoura cafeeira e para a colonização do Sul e Sudeste brasileiro.

Entre 1884 e 1933, mais de 4 milhões de europeus desembarcaram no Brasil, com destaque para italianos, espanhóis e portugueses. A imigração japonesa também ganhou relevância a partir de 1908, quando o navio *Kasato Maru*¹ trouxe os primeiros imigrantes japoneses para trabalhar nas lavouras de café. Ao longo do século XX, estima-se que mais de 250 mil japoneses migraram para o Brasil, formando a maior comunidade japonesa fora do Japão e contribuindo de forma decisiva para a agricultura e a cultura brasileira (IBGE, 2000).

O Brasil, entre as duas guerras mundiais, recebeu grupos de refugiados oriundos do Leste Europeu, incluindo poloneses, ucranianos e judeus que fugiam de perseguições políticas e religiosas. Após a Segunda Guerra Mundial, novos fluxos migratórios se intensificaram, como os sírios e libaneses, que se destacaram no comércio e no empreendedorismo urbano. Esse movimento contribuiu para a configuração de cidades cosmopolitas, como São Paulo e Rio de Janeiro (Carneiro, 2018).

Se até os anos 1970 o Brasil era predominantemente um país de imigração, a partir da década de 1980 emergiu o fenômeno da emigração em larga escala. A crise econômica, a hiperinflação e o desemprego impulsionaram brasileiros a buscar oportunidades no exterior, em destinos como Estados Unidos, Portugal, Paraguai e Japão.

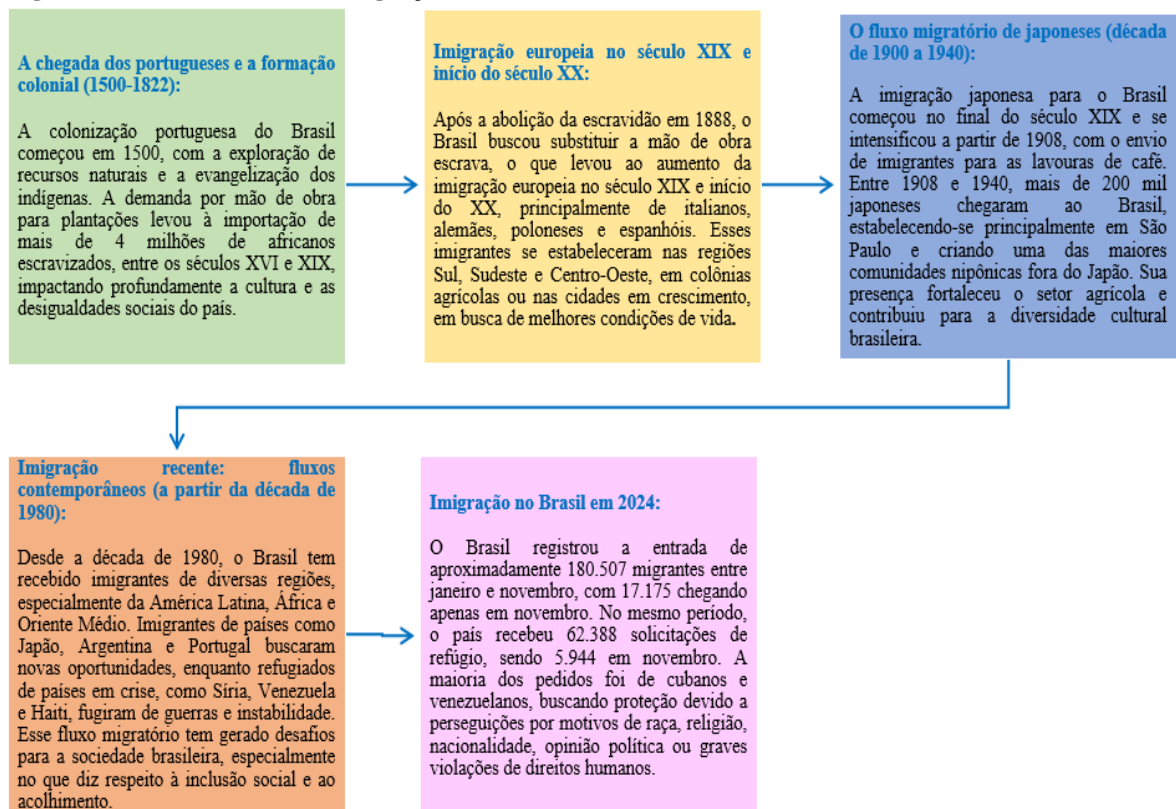
Entre 1980 e 1990, o Brasil experimentou um aumento significativo na emigração, com estimativas indicando que mais de 2 milhões de brasileiros deixaram o país, muitos em busca de melhores condições de vida e trabalho. O Japão, por sua vez, abriu suas portas para descendentes de japoneses (*dekasseguis*), que migraram em busca de empregos industriais, especialmente após 1989, quando mudanças na legislação japonesa facilitaram a entrada desses trabalhadores. Esse movimento migratório foi impulsionado por fatores como a crise econômica no Brasil e a demanda por mão de obra no Japão, resultando em uma significativa

¹ Navio histórico que transportou o primeiro grupo de imigrantes japoneses para o Brasil em 1908, marcando o início da imigração japonesa no país.

presença de brasileiros no país asiático. O fenômeno é amplamente discutido na obra de Sasaki (2000), que analisa a experiência dos dekasseguis no Japão.

O século XXI trouxe a intensificação de fluxos migratórios forçados e humanitários. Após o terremoto no Haiti, em 2010, milhares de haitianos ingressaram pelo Acre e Amazonas (OIM, 2018). Logo após, a crise política e social da Venezuela resultou em uma das maiores ondas migratórias contemporâneas na América do Sul, com mais de 420 mil venezuelanos solicitando refúgio ou residência temporária no Brasil até 2023, especialmente nos estados de Roraima, Amazonas e Mato Grosso do Sul (ACNUR, 2023). Além disso, migrantes africanos lusófonos (angolanos, moçambicanos) e refugiados sírios e congoleses, também buscaram no Brasil oportunidades educacionais, laborais e humanitárias. Esses deslocamentos reforçaram a inserção do país em circuitos globais de mobilidade.

Figura 2- Breve histórico das migrações internacionais no Brasil



Fonte: Autoria própria, com base nos dados da OIM (2018) e OBMigra (2022)

Nesse panorama histórico, torna-se possível examinar as transformações nas políticas migratórias brasileiras, que acompanharam e, em muitos casos, condicionaram os movimentos populacionais ao longo do tempo.

2.1.2 Mudanças nas políticas migratórias

Em relação às políticas migratórias brasileiras, ao longo da história oscilaram entre abertura e restrição, refletindo conjunturas políticas, econômicas e ideológicas. Com a abolição da escravidão, o governo brasileiro adotou políticas de atração de imigrantes europeus, oferecendo vantagens como transporte gratuito e terras. O objetivo era suprir a demanda por mão de obra agrícola, principalmente na cafeicultura, e incentivar a colonização do Sul e Sudeste. Essa política também refletia a ideologia do “branqueamento” da população (Costa, 2016).

No início do século XX, o Brasil firmou acordos com o Japão para envio de trabalhadores, sobretudo para a lavoura de café em São Paulo. Com o tempo, os japoneses se diversificaram em outras atividades agrícolas e urbanas.

Durante o regime militar, o Brasil promulgou o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 46.815/1980), inspirado em concepções de segurança nacional. A imigração era vista como potencial ameaça. A legislação restringia direitos civis, políticos e sociais de estrangeiros, priorizando o controle e a vigilância, refletindo a política migratória da época (Costa, 2016). Críticas levantadas por diversos autores indicam que essa lei também dificultava a integração social dos migrantes e negligenciava princípios de direitos humanos, mantendo muitos à margem da cidadania plena.

Com a Constituição de 1988, centrada na dignidade humana, o Brasil revisou sua política migratória. Em 1997, foi aprovada a Lei nº 9.474, que instituiu o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e passou a reconhecer formalmente a condição de pessoa em situação de refúgio. Esse marco permitiu acesso a documentação, saúde e educação, além de aproximar o país de compromissos internacionais. Entre 1998 e 2014, mais de 20 mil solicitações de refúgio foram registradas (Costa, 2016).

Após intenso debate, em 2017 foi aprovada a Lei nº 13.445, substituindo o Estatuto do Estrangeiro, alinhando-se a princípios de direitos humanos e reconhecendo o migrante como sujeito de direitos. Entre os principais avanços, destacam-se a equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros, o reconhecimento da migração como direito humano, a instituição de vistos humanitários, o fortalecimento de ações voltadas ao acolhimento e à integração de migrantes, bem como a ampliação da participação social nos processos de formulação de políticas públicas.

Apesar dos avanços normativos, a política migratória brasileira convive com ambiguidades. A Medida Provisória nº 820/2018, que criou circunstâncias emergenciais para

migrantes venezuelanos, revelou a necessidade de respostas rápidas em crises humanitárias. Muitos municípios brasileiros, porém, enfrentam dificuldades na implementação de serviços adequados de acolhimento. Além disso, discursos xenofóbicos e nacionalistas presentes em vários países, também repercutem no Brasil, gerando tensões em cidades fronteiriças e grandes centros urbanos.

Conforme apresentado no relatório Organização Internacional para as Migrações - OIM (2018), essa lei colocou o Brasil em sintonia com boas práticas internacionais, consolidando visão humanista da migração; porém, desafios ainda permanecem, como burocracia documental, escassez de políticas de integração socioeconômica e dificuldades de articulação federativa. Destarte, as políticas migratórias brasileiras evidenciam a transição de um paradigma centrado na segurança nacional para outro fundamentado nos direitos humanos. O desafio é consolidar avanços estruturais, sociais e econômicos em práticas efetivas, especialmente em estados fronteiriços como Mato Grosso do Sul, que estão na linha de frente da recepção de migrantes e refugiados.

2.2 Caracterização das migrações em Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma configuração singular no cenário migratório brasileiro. Sua localização estratégica na região Centro-Oeste, aliada à extensa fronteira terrestre com Paraguai (1.131 km) e Bolívia (1.517 km), faz com que o território seja atravessado por fluxos migratórios históricos e contemporâneos de grande intensidade (Albuquerque, 2002).

Desde o período colonial, portugueses e espanhóis ocuparam a região, motivados pelas disputas territoriais na Bacia do Prata. Ao longo do século XIX e início do século XX, diferentes grupos de imigrantes europeus e asiáticos estabeleceram-se em áreas rurais do Estado, contribuindo para a agricultura, a colonização e o desenvolvimento das comunidades locais. Esses processos moldaram gradualmente a composição social e econômica de Mato Grosso do Sul, consolidando práticas produtivas e culturais que permanecem influentes até hoje.

2.2.1 Contexto geográfico, social e econômico

Durante e após a Guerra do Paraguai (1864–1870), muitos paraguaios migraram para o sul do então estado de Mato Grosso, buscando reconstruir suas vidas em meio à devastação causada pelo conflito. Esses migrantes estabeleceram comunidades transnacionais ao longo da

fronteira, preservando até hoje laços linguísticos, culturais e familiares que fortalecem a identidade regional. A presença dessas comunidades contribuiu de forma significativa para a formação sociocultural do Mato Grosso do Sul, refletindo a continuidade de tradições paraguaias e a influência desses fluxos populacionais no desenvolvimento da região (Albuquerque, 2002).

Nas últimas décadas, novos contingentes chegaram: paraguaios e bolivianos inseridos no comércio e na agropecuária; haitianos atraídos a partir de 2010, por oportunidades em frigoríficos e construção civil; venezuelanos em situação de refúgio, que já superaram formalmente os paraguaios em algumas cidades; além de senegaleses, bengaleses e congoleses, em setores de baixa remuneração (OBMigra, 2022).

Em menção, ainda, ao Relatório Anual do OBMigra (2022), mais de 51 mil imigrantes estavam registrados em Mato Grosso do Sul naquele ano, com predominância de haitianos e venezuelanos. As cidades de Campo Grande, Corumbá, Dourados e Ponta Porã concentram a maior parte dessa população migrante, refletindo tanto a inserção econômica regional quanto a busca por melhores condições de vida e integração social no Estado.

Mato Grosso do Sul está estrategicamente localizado no coração da América do Sul, conectando o Brasil a países do Mercosul e, futuramente, ao Pacífico por meio da Rota Bioceânica, com geografia marcada por extensas planícies, pelo Pantanal e por rodovias estratégicas, como a BR-267 e a BR-463 (DNIT, 2023). Essa posição favorece a circulação transfronteiriça, especialmente nas cidades-gêmeas, onde famílias, estudantes e trabalhadores transitam diariamente, configurando uma mobilidade cotidiana que desafia concepções tradicionais de fronteira e reforça laços sociais e culturais entre comunidades fronteiriças (Albuquerque, 2002).

O Estado abriga significativa população indígena - Guarani, Kaiowá, Terena e Kadiwéu (IBGE, 2022) - e recebeu, ao longo da história, diferentes fluxos migratórios, incluindo paraguaios, bolivianos, japoneses e europeus, além de haitianos e venezuelanos em contextos mais recentes (Albuquerque, 2002). Associações comunitárias e organizações da sociedade civil desempenham papel fundamental no acolhimento, oferecendo cursos de português, apoio jurídico e mediação cultural (ACNUR, 2021; OIM, 2018). Ao mesmo tempo, episódios de xenofobia e exploração laboral evidenciam os desafios de convivência intercultural (OBMigra, 2022).

Nos últimos anos, Mato Grosso do Sul tem recebido fluxos migratórios de diferentes nacionalidades, destacando-se haitianos e venezuelanos, que passaram a compor a diversidade social do Estado. Em Campo Grande, associações comunitárias e entidades da sociedade civil

desempenham papel central no acolhimento, oferecendo cursos de língua portuguesa, mediação cultural e orientação jurídica. Esse cenário evidencia tanto a disposição coletiva para integrar migrantes quanto os desafios persistentes, como práticas discriminatórias, episódios de xenofobia e vulnerabilidade laboral (OBMigra, 2022; ACNUR, 2021).

A economia do estado de Mato Grosso do Sul é fortemente pautada na agropecuária e na indústria de transformação, com destaque para o setor de frigoríficos, que se tornou um importante empregador de migrantes, especialmente haitianos e venezuelanos. Apesar das oportunidades de inserção, muitos trabalhadores enfrentam condições precárias de trabalho e baixa remuneração, refletindo desigualdades estruturais no mercado laboral (OBMigra, 2022).

Nesse contexto, destaca-se a recente expansão do complexo florestal da celulose em Mato Grosso do Sul, associada à chamada “Rota da Celulose”. Esse processo tem impulsionado investimentos e geração de empregos, contribuindo para intensificar a circulação de trabalhadores e as dinâmicas de mobilidade laboral no Estado.

Além da agroindústria, trabalhadores migrantes estão presentes em áreas como construção civil, serviços gerais e comércio, principalmente nas regiões de fronteira. Em municípios como Corumbá e Ladário, há expressiva participação de bolivianos em atividades de transporte e mineração. Já em Ponta Porã, a mão de obra paraguaia contribui significativamente para o comércio e os serviços locais, fortalecendo a economia regional (Albuquerque, 2002).

A implementação da Rota Bioceânica tem o potencial de ampliar ainda mais as oportunidades econômicas e migratórias. Ao conectar Mato Grosso do Sul ao Pacífico via Paraguai, Argentina e Chile, o corredor logístico deve intensificar a circulação de mercadorias, capitais e pessoas, consolidando o Estado como polo estratégico no comércio internacional. Esse contexto evidencia a necessidade de políticas públicas que assegurem direitos trabalhistas e condições dignas de trabalho aos migrantes (DNIT, 2023).

Ao analisar o contexto geográfico, social e econômico de Mato Grosso Sul, percebe-se que a migração não é um fenômeno isolado, mas parte integrante das dinâmicas estruturantes do território. A posição estratégica, a diversidade social e a vocação econômica do Mato Grosso do Sul, configuram-no como espaço de intensas interações transnacionais. Assim, compreender a migração no Estado é fundamental para entender o desenvolvimento regional e suas articulações com o cenário internacional.

De acordo com o Observatório das Migrações em São Paulo, somente em 2023 Mato Grosso do Sul contabilizou 5.171 (cinco mil, cento e setenta e um) imigrantes internacionais devidamente inseridos no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia

Federal, sendo que deste total, em 444 (quatrocentos e quarenta e quatro) registros, não consta a identificação do município. Também não há, nesse número, especificação quanto aos métodos de entrada utilizados pelos imigrantes.

Quadro 1- Municípios com Registro de imigrantes internacionais (2023)

Nº Ordem	Municípios	Porte²	Registros (2023)
1.	Aral Moreira	PI	32
2.	Bela Vista	PII	155
3.	Bonito	PII	31
4.	Caarapó	PII	13
5.	Campo Grande	Grande	1.228
6.	Cassilândia	PI	39
7.	Coronel Sapucaia	PI	113
8.	Corumbá	M	327
9.	Costa Rica	PI	10
10.	Dourados	Grande	1.444
11.	Iguatemi	PI	24
12.	Ivinhema	PII	11
13.	Jardim	PII	10
14.	Ladário	PI	26
15.	Maracaju	PII	10
16.	Mundo Novo	PII	114
17.	Naviraí	PII	31
18.	Nova Andradina	PII	47
19.	Paranhos	PI	100
20.	Ponta Porã	M	640
21.	Porto Murtinho	PII	75
22.	Ribas do Rio Pardo	PII	11
23.	Rochedo	PI	126
24.	Sete Quedas	PI	21
25.	Sidrolândia	PII	58
26.	Três Lagoas	M	31
27.	Sem informações dos municípios		444
TOTAL			5.171

Fonte: Elaborada a partir dos dados do Sistema Nacional de Migrações – Polícia Federal

Se considerarmos o período de 2000 a 2023, o Estado de Mato Grosso do Sul totalizou 37.014 (trinta e sete mil e quatorze) registros, sendo desse total, 28.147 (vinte e oito mil, cento e quarenta e sete) somente nos últimos 10 (dez) anos (quadro 2).

² Divisão do Estado por porte populacional: Pequeno Porte I (PI) – Até 5.000 hab.; Pequeno Porte II (PII) – de 5.001 a 50.000 hab.; Médio Porte (M) – de 50.001 a 100.000 hab; Grande Porte (G) – de 100.001 a 1.000.000 hab.; Metr pole – a partir de 1.000.001 hab.

Quadro 2- Imigrantes Internacionais Registrados em MS (2015 a 2024)

ANO	REGISTROS EM MS
2015	2007
2016	2056
2017	1.582
2018	1.476
2019	2.567
2020	1.402
2021	4.469
2022	1.313
2023	5.171
2024	6.104
TOTAL	28.147

Fonte: Elaborada a partir dos dados do SISMIGRA (Sistema Nacional de Migrações) – Polícia Federal

O panorama migratório apresentado, com um fluxo significativo de imigrantes internacionais em Mato Grosso do Sul, evidencia a intrínseca relação do Estado com dinâmicas transnacionais. Essa realidade, moldada por sua posição geográfica estratégica e vocação econômica, ganha ainda mais relevância quando consideramos o papel crucial das cidades-gêmeas e o potencial de transformação que a Rota Bioceânica representa. A compreensão dessas interações fronteiriças torna-se, portanto, um passo essencial para analisar como a infraestrutura e a integração propostas pela Rota influenciarão diretamente esses fluxos e a própria configuração socioeconômica do território.

2.2.2 Impacto das fronteiras e a Rota Bioceânica

As cidades-gêmeas situadas na faixa de fronteira brasileira configuram-se como verdadeiros laboratórios de convivência transnacional. Em Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), a ausência de barreiras físicas evidencia a integração cotidiana entre os dois territórios. Ruas e avenidas interligadas permitem o fluxo constante de trabalhadores, estudantes e consumidores, compondo uma paisagem urbana única, onde os limites nacionais se tornam simbólicos diante das intensas relações sociais e econômicas.

Segundo Machado e Fernandes (2018), essa porosidade da fronteira promove uma economia híbrida, em que brasileiros e paraguaios transitam diariamente em busca de produtos, serviços e oportunidades de trabalho, fortalecendo laços culturais e comerciais.

Situação semelhante é observada na fronteira entre Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Puerto Quijarro (Bolívia). A interação entre os dois municípios é marcada pela presença de

bolivianos atuando em setores como transporte, mineração, comércio e serviços, enquanto brasileiros também se inserem em atividades econômicas do lado boliviano. Essa convivência contribui para o desenvolvimento regional, mas traz desafios relacionados à informalidade, ao contrabando e às tensões de segurança pública.

De acordo com Silva e Pereira (2021), a região de Corumbá é um ponto estratégico da fronteira oeste brasileira, exigindo ações conjuntas entre os governos de ambos os países para o enfrentamento de ilícitos transfronteiriços e para o fortalecimento das políticas de cooperação bilateral

As fronteiras de Ponta Porã–Pedro Juan Caballero e Corumbá–Puerto Quijarro evidenciam, cada qual em seu contexto, os contrastes e as potencialidades das chamadas fronteiras vivas do Brasil. Nesses territórios, a intensa integração social e econômica convive com desafios de governança, o que demanda iniciativas estatais inovadoras capazes de articular desenvolvimento, segurança e respeito à diversidade cultural.

Nesse cenário, a Rota Bioceânica desponta como um elemento estratégico de reconfiguração territorial e logística, uma vez que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (2024), permitirá a redução de até 5.478 km (22,7%) na distância marítima até Xangai, na China, em relação à rota tradicional via Canal do Panamá.

Os impactos da Rota Bioceânica não se restringem à dimensão logística. Conforme apontam estudos recentes, trata-se de uma iniciativa com potencial para transformar diversas esferas da vida regional - econômica, social, geopolítica e infraestrutural -, promovendo um novo paradigma de desenvolvimento para os territórios fronteiriços, especialmente no Estado de Mato Grosso do Sul (UniRila, 2023; Silva; Grechi; Carneiro, 2023).

Quadro 3- Dimensões de impacto da Rota Bioceânica

Dimensão	Principais impactos identificados
Econômica	Redução dos custos logísticos e ampliação da competitividade das exportações brasileiras, especialmente de grãos, carnes e minérios. Estímulo a novos investimentos e à dinamização das economias locais ao longo do corredor.
Social	Intensificação da circulação de pessoas e fortalecimento do intercâmbio cultural e laboral nas regiões fronteiriças. Ampliação da diversidade sociocultural e necessidade de políticas inclusivas.
Geopolítica	Reforço da presença do Brasil no Mercosul e aproximação dos mercados asiáticos, com ampliação da influência regional e integração sul-americana.
Infraestrutural	Necessidade de investimentos em rodovias, pontes, postos de fronteira, serviços aduaneiros e estruturas de apoio logístico, beneficiando o comércio e a mobilidade humana.

Fonte: Elaborado a partir de UniRila (2023); Silva; Grechi; Carneiro (2023).

A Rota intensificará os fluxos migratórios em Mato Grosso do Sul. Trabalhadores de países vizinhos buscarão oportunidades e as cidades-gêmeas ganharão ainda mais relevância como nós logísticos. Entretanto, isso exigirá políticas robustas de documentação, saúde, educação e segurança pública que não criminalizem a migração. A gestão coordenada entre Brasil, Paraguai, Bolívia, Argentina e Chile será essencial para transformar o corredor logístico em espaço de integração sustentável.

Nesse cenário, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 oferecem um marco estratégico para a gestão migratória, relacionando-se, essa, diretamente aos ODS 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Quadro 4- ODS relacionados à pesquisa

ODS		JUSTIFICATIVA
ODS 4: Educação de Qualidade		A integração educacional é elemento essencial para a inclusão social dos migrantes em Mato Grosso do Sul. O fortalecimento da educação intercultural e inclusiva favorece o desenvolvimento de competências e amplia as oportunidades de inserção social e produtiva.
ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico		Os fluxos migratórios influenciam diretamente a economia regional, sobretudo nos setores da agroindústria, construção civil e serviços. Embora os migrantes contribuam significativamente para o crescimento econômico, enfrentam condições laborais precárias e vulnerabilidade social. A implementação de políticas de qualificação profissional, reconhecimento de diplomas e promoção do trabalho digno são medidas que articulam o fenômeno migratório aos princípios do ODS 8, ao promover emprego produtivo e crescimento econômico inclusivo
ODS 10: Redução das Desigualdades		A migração internacional pode ser vista como vetor de integração social e redução das desigualdades, destacando tanto os obstáculos enfrentados - como discriminação, informalidade e exclusão - quanto as oportunidades de convivência intercultural e desenvolvimento local. Ao propor ações de acolhimento, proteção de direitos e ações governamentais voltadas à equidade, reforça-se a importância de reduzir disparidades socioeconômicas entre nacionais e estrangeiros.
ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis		Relaciona a presença migratória com o planejamento urbano e a sustentabilidade das cidades fronteiriças e dos territórios influenciados pela Rota Bioceânica. Destaca-se a necessidade de estratégias públicas que garantam acesso à moradia, educação, saúde e trabalho, fortalecendo a inclusão social e a convivência intercultural. Nesse sentido, a gestão integrada da mobilidade humana e do desenvolvimento territorial contribui para a construção de cidades mais resilientes, seguras e sustentáveis.

Fonte: Autoria própria com base nos ODS da Agenda 2030

A intensificação dos fluxos migratórios decorrente da Rota Bioceânica, aliada à necessidade de uma gestão coordenada e à busca por uma integração sustentável, coloca em evidência os desafios inerentes à convivência e ao desenvolvimento em um território diverso.

A transposição dessas fronteiras físicas e a conseqüente aproximação de diferentes realidades trazem à tona as barreiras culturais, econômicas e sociais que precisam ser compreendidas e superadas para que Mato Grosso do Sul possa efetivamente capitalizar as oportunidades trazidas pela migração e pela nova rota logística.

2.3 Desafios e oportunidades

Mato Grosso do Sul, com sua localização estratégica e economia voltada ao agronegócio, enfrenta um conjunto de desafios e oportunidades no contexto migratório. Por ser ponto de passagem e acolhimento de migrantes internos e internacionais, o Estado precisa integrar diferentes grupos culturais, sociais e econômicos, promovendo desenvolvimento regional e garantindo que os benefícios da migração sejam amplamente distribuídos. A migração traz consigo potencial de diversificação econômica e crescimento, mas também impõe barreiras de inclusão social, infraestrutura e gestão da diversidade cultural.

2.3.1 Barreiras culturais, econômicas e sociais

O processo de migração em Mato Grosso do Sul traz consigo a oportunidade de diversificação econômica e crescimento, mas também impõe desafios significativos, particularmente no que se refere à inclusão social, infraestrutura e gestão da diversidade cultural. Esse cenário exige uma análise aprofundada das barreiras que podem dificultar a integração dos migrantes e as oportunidades que surgem com a mobilidade populacional.

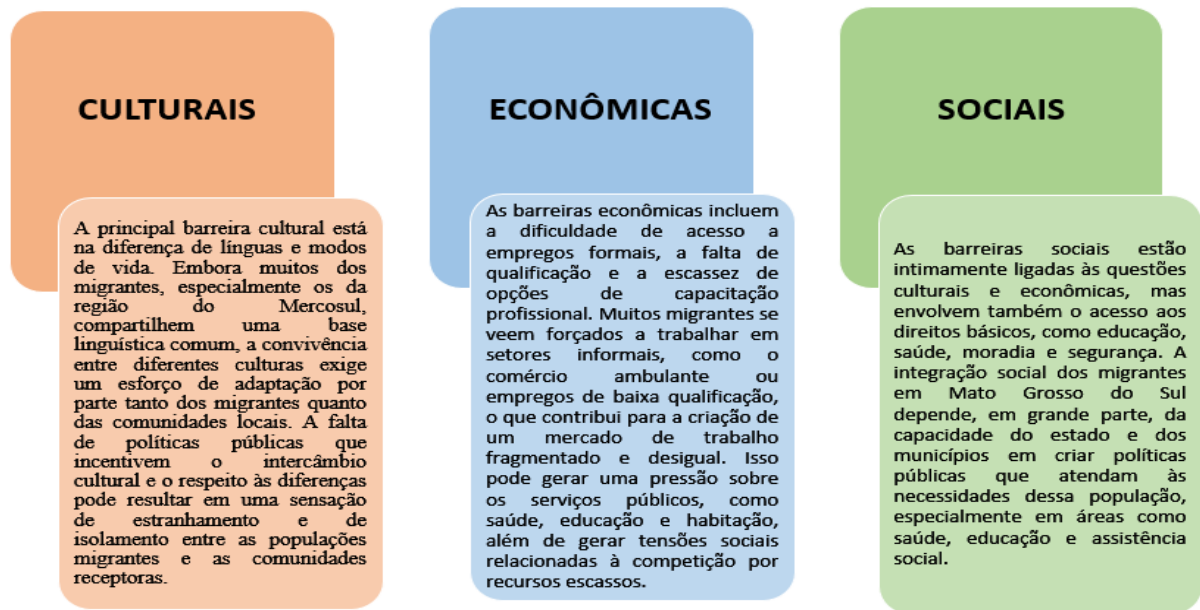
Segundo o Relatório Anual OBMigra 2023 (Brasil, 2023), a integração dos migrantes no Brasil enfrenta múltiplas barreiras:

I. **Culturais:** Barreiras de idioma e diferenças culturais geram dificuldades de acesso a serviços essenciais e estigmatização, com episódios de xenofobia em cidades fronteiriças.

II. **Econômicas:** Migrantes ocupam trabalhos de baixa remuneração, sofrem com a não validação de diplomas e ficam vulneráveis à exploração e trabalho análogo à escravidão quando em situação irregular.

III. Sociais: Dificuldade de acesso à saúde e educação devido à sobrecarga de serviços e falta de mediação cultural, com evasão escolar infantil e segregação social reforçada por moradia precária e discursos xenofóbicos.

Figura 3- Barreiras culturais, econômicas e sociais



Fonte: Autoria própria, com base nos dados do Relatório Anual OBMigra 2023.

A convivência entre diferentes grupos migrantes e populações locais pode gerar preconceito e discriminação. Em Ponta Porã e Corumbá, a presença de paraguaios e bolivianos, embora culturalmente próxima, ainda é marcada por estigmas sociais, dificultando a plena integração.

Migrantes frequentemente encontram dificuldades para regularizar documentos, o que limita sua inserção no mercado formal. A falta de estrutura para apoiar a integração econômica reforça a marginalização e precarização do trabalho. Cidades como Ponta Porã e Dourados sofrem pressão sobre serviços públicos e infraestrutura urbana, dificultando o atendimento universal. Diferenças de classe, etnia e cultura intensificam a exclusão, criando guetos e áreas marginalizadas.

De acordo com o mesmo relatório (Brasil, 2023), a migração internacional também apresenta oportunidades relevantes para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, destacando-se:

I. Força de trabalho e economia: migrantes preenchem lacunas em setores como agropecuária, indústria e serviços, além de atuarem como pequenos empreendedores, dinamizando a economia urbana;

II. Diversidade cultural: a presença de diferentes línguas, religiões e tradições enriquece a vida social e promove integração por meio de eventos culturais e festivais multiculturais;

III. Redes transnacionais: vínculos familiares e comerciais ampliam as conexões com mercados internacionais, reforçadas pela implementação da Rota Bioceânica;

IV. Demografia e inovação: migrantes jovens contribuem para o rejuvenescimento da população, aumentam a diversidade em escolas, universidades e trabalho, e fortalecem a participação social e a cidadania.

Quadro 5- Benefícios potenciais para o desenvolvimento local

BENEFÍCIOS	POTENCIALIDADES
CONTRIBUIÇÃO PARA A FORÇA DE TRABALHO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO	Os migrantes podem trazer habilidades e conhecimentos específicos que são valiosos para o desenvolvimento de novas áreas da economia, como o turismo, a tecnologia e os serviços especializados. A diversidade de experiências e a formação profissional dos migrantes podem contribuir para a inovação e o fortalecimento de setores estratégicos para o crescimento regional.
DIVERSIFICAÇÃO CULTURAL E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE REGIONAL	A interação entre os migrantes e a população local pode resultar no fortalecimento da convivência pacífica e na construção de um ambiente mais plural e tolerante. A realização de eventos culturais, como festivais, feiras e apresentações artísticas, pode promover o intercâmbio cultural e proporcionar aos cidadãos de Mato Grosso do Sul a oportunidade de conhecer e apreciar as culturas de seus vizinhos, como a boliviana, a paraguaia e a argentina.
DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL	Os desafios e oportunidades das migrações em Mato Grosso do Sul dependem da capacidade do Estado de se adaptar à globalização. Superar barreiras culturais, econômicas e sociais é essencial para que a integração dos migrantes promova benefícios mútuos, como crescimento econômico, diversidade cultural e fortalecimento da infraestrutura, contribuindo para um desenvolvimento regional inclusivo e sustentável.

Fonte: Autoria própria, com base em dados do OBMigra (2022) e da OIM (2022).

Migrantes preenchem lacunas de mão de obra em setores-chave, como comércio, indústria e serviços urbanos (UniRila, 2023). A convivência entre diferentes grupos promove novas formas de expressão cultural e fortalece uma identidade regional plural, enquanto eventos culturais e feiras étnicas estimulam intercâmbio e tolerância (Silva; Grechi; Carneiro, 2023).

A chegada de migrantes exerce pressão sobre a expansão da infraestrutura de saúde, educação e habitação, ao mesmo tempo em que estimula investimentos urbanos e a dinamização das economias locais. Nesse contexto, a integração com os países vizinhos, potencializada pela Rota Bioceânica, fortalece corredores econômicos, amplia a atratividade do território e cria bases para um crescimento sustentável (UniRila, 2023).

As fronteiras de Mato Grosso do Sul devem ser compreendidas como espaços de interação e de oportunidades, nos quais a dinâmica das cidades-gêmeas evidencia a potência da integração transnacional e a Rota Bioceânica projeta o Estado a um novo patamar de relevância nos cenários regional e internacional.

O desafio central é garantir que os fluxos migratórios sejam acompanhados de políticas de inclusão social, proteção de direitos e promoção da convivência intercultural. Nesse contexto, a migração pode ser reconhecida como estratégia de desenvolvimento regional, capaz de fortalecer a sociedade sul-mato-grossense em direção a um futuro mais plural, justo e próspero. Fica evidente que, embora as barreiras culturais, econômicas e sociais representem desafios significativos na gestão da migração e da integração transnacional, a superação dessas dificuldades abre caminho para a plena realização dos expressivos benefícios que Mato Grosso do Sul pode alcançar com a Rota Bioceânica.

A transformação de corredores logísticos em espaços de desenvolvimento sustentável e inclusivo é o objetivo central, e a compreensão desses potenciais é o próximo passo para vislumbrar um futuro mais próspero e integrado para o Estado.

2.3.2 Benefícios potenciais para o desenvolvimento regional

Em complemento aos benefícios gerais da migração discutidos anteriormente, esta seção aprofunda os impactos específicos da Rota Bioceânica como vetor estruturante do desenvolvimento regional. O foco recai sobre os efeitos econômicos, territoriais, sociais e institucionais associados à implantação do corredor bioceânico e suas implicações para o planejamento e a governança em Mato Grosso do Sul.

O estado de Mato Grosso do Sul concentra um conjunto significativo de potencialidades para o desenvolvimento regional, especialmente no contexto da implantação da Rota Bioceânica, corredor logístico que conectará o Brasil ao Oceano Pacífico por meio do Paraguai, da Argentina e do Chile.

Essa infraestrutura de integração física e econômica tende a posicionar o território sul-mato-grossense como um eixo estratégico de articulação entre o Centro-Oeste brasileiro e os mercados do Cone Sul. Nesse sentido, mais do que um investimento em transporte, a Rota Bioceânica configura-se como um vetor de reorganização produtiva e de estímulo à inovação, ampliando a relevância econômica, política e territorial do Estado e fortalecendo seu protagonismo nos fluxos logísticos e comerciais internacionais, com reflexos na redução dos custos de exportação, no aumento da competitividade e na atração de novos empreendimentos.

Quadro 6- Alguns benefícios possíveis com a implantação da Rota Bioceânica em MS

Dimensão	Benefício esperado	Descrição breve
Econômica	Diversificação produtiva	Atração de investimentos em agroindústria, logística e serviços.
Territorial	Integração regional	Ampliação das conexões internas e transfronteiriças.
Social	Geração de empregos e qualificação	Expansão das oportunidades e da formação profissional.
Ambiental	Sustentabilidade logística	Redução de distâncias e emissões com novos corredores de transporte.

Fonte: Elaboração própria com base em Constantino *et al.* (2023).

A economia do estado de Mato Grosso do Sul, tradicionalmente concentrada no agronegócio, passa por um processo gradual de transição em direção à agregação de valor e à industrialização de base regional, com a expansão das cadeias agroindustriais, o fortalecimento da logística e a incorporação de inovação tecnológica e serviços de apoio à produção, gerando empregos qualificados e reduzindo a dependência de commodities. Conforme análise de Constantino *et al.* (2023),

A Rota Bioceânica se configura como um vetor de integração logística e de diversificação produtiva, estimulando investimentos e fortalecendo as cadeias regionais de valor em Mato Grosso do Sul, com impactos diretos na industrialização e na competitividade econômica.

O desenvolvimento regional impulsionado pela Rota Bioceânica depende intrinsecamente da inclusão social e da qualificação da população. A nova configuração territorial exigirá mão de obra especializada em comércio exterior, logística, idiomas e tecnologia, reforçando a importância de políticas contínuas de formação profissional e educação técnica em todo o Estado. A articulação entre universidades, institutos federais e governos locais será essencial para preparar a população para as novas oportunidades, garantindo que o desenvolvimento não se concentre em poucos municípios, mas que alcance as regiões mais vulneráveis, reduzindo desigualdades internas e traduzindo os ganhos econômicos em melhorias para o bem-estar coletivo.

Como apontam Constantino *et al.* (2023), a Rota Bioceânica pode representar um instrumento de redistribuição de oportunidades e de reequilíbrio regional, desde que acompanhada de ações governamentais voltadas à capacitação e à inserção produtiva.

A integração regional e internacional constitui outro vetor relevante dos benefícios potenciais. Com a consolidação da Rota Bioceânica, Mato Grosso do Sul amplia sua inserção nos circuitos de comércio sul-americanos e estabelece novas possibilidades de cooperação com países vizinhos. Essa inserção internacional tende a diversificar os mercados consumidores dos

produtos estaduais, reduzir a vulnerabilidade externa da economia e estimular a formação de redes de inovação transfronteiriça. Estudos sobre os efeitos territoriais dessa integração apontam que o corredor bioceânico poderá reforçar o papel de cidades estratégicas, como Campo Grande, Dourados, Corumbá e Porto Murtinho, como centros logísticos e de serviços voltados ao comércio exterior (Constantino *et al.*, 2023).

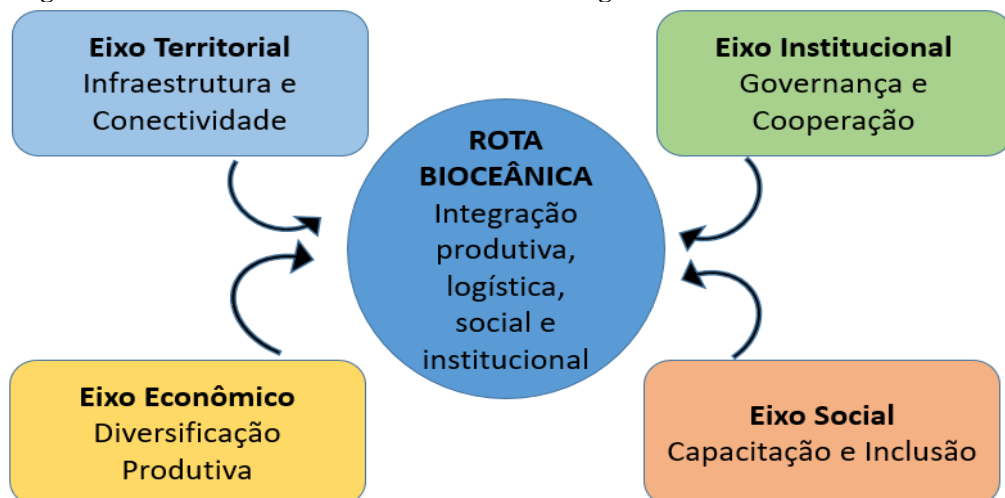
A consolidação desses benefícios exige planejamento territorial e governança multiescalar. A diversificação econômica depende de infraestrutura eficiente; a inclusão social requer políticas contínuas de educação, saúde e capacitação; e a integração internacional demanda articulação entre governos locais, estaduais e nacionais. Também é necessário garantir que o desenvolvimento não se concentre em poucos municípios, mas que alcance as regiões mais vulneráveis, reduzindo desigualdades internas.

A construção de instrumentos de governança compartilhada, a cooperação entre universidades e governos e o fortalecimento institucional das regiões de fronteira são condições fundamentais para assegurar que os ganhos gerados pela Rota Bioceânica se traduzam em desenvolvimento regional sustentável.

O modelo apresentado na Figura 5, sintetiza a relação sistêmica entre os quatro vetores estruturantes do desenvolvimento regional de Mato Grosso do Sul, impulsionado pela implantação da Rota Bioceânica.

Cada vetor — econômico, territorial, social e institucional — constitui um componente interdependente e complementar do desenvolvimento sustentável. A articulação entre esses vetores cria um ciclo virtuoso de retroalimentação, capaz de promover crescimento econômico, coesão territorial, inclusão social e fortalecimento institucional.

Figura 4- Modelo conceitual do desenvolvimento regional associado à Rota Bioceânica



Fonte: Elaboração própria com base em Constantino *et al.* (2023)

Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2020), as estratégias de desenvolvimento mais eficazes são aquelas que integram diferentes setores e níveis de governo, estimulando sinergias e ações coordenadas em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

a) Eixo econômico: abrange ações voltadas à diversificação produtiva, à agregação de valor e à expansão de cadeias agroindustriais e logísticas. Espera-se, com isso, gerar empregos qualificados, ampliar a competitividade regional e dinamizar as economias locais. De acordo com a OECD (2019), regiões que diversificam sua base produtiva e estimulam a inovação apresentam maior capacidade de adaptação e resiliência diante de mudanças estruturais no mercado;

b) Eixo territorial: refere-se ao fortalecimento da conectividade interna e transfronteiriça, por meio da modernização de rodovias, ferrovias e portos secos. Tais investimentos favorecem a integração física, reduzem custos logísticos e reforçam a coesão territorial. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, 2021), a dimensão territorial do desenvolvimento é essencial para alinhar políticas de transporte, economia e inclusão social, permitindo que o crescimento ocorra de maneira equilibrada e sustentável entre as regiões;

c) Eixo social: envolve políticas de inclusão produtiva, formação técnica e valorização das comunidades locais, visando à redução das desigualdades regionais e à ampliação do bem-estar social. Conforme a OECD (2020), o desenvolvimento sustentável requer que o crescimento econômico seja acompanhado por oportunidades equitativas de participação social e acesso à educação e ao trabalho digno;

d) Eixo institucional: compreende o fortalecimento da cooperação entre diferentes níveis de governo, instituições de ensino e pesquisa e o setor produtivo, com base em práticas de planejamento participativo. Essa governança colaborativa amplia a capacidade de gestão territorial e estimula a atração de investimentos sustentáveis. A OECD (2023) enfatiza que a coordenação multinível e a integração entre políticas setoriais são fundamentais para o êxito das estratégias regionais de desenvolvimento.

A implantação da Rota Bioceânica representa uma oportunidade estratégica para Mato Grosso do Sul, ao favorecer a diversificação produtiva, a modernização da infraestrutura e a integração internacional. Se conduzido de forma planejada, participativa e orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, esse processo poderá elevar o padrão de vida da população e consolidar o Estado como um polo competitivo, conectado e socialmente inclusivo no contexto sul-americano.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2021) reforça essa perspectiva ao destacar que a adoção de abordagens territoriais planejadas e multissetoriais é fundamental para viabilizar oportunidades como a Rota Bioceânica e assegurar resultados duradouros e integrados, especialmente em regiões com elevado potencial logístico e produtivo, como o Mato Grosso do Sul.

A compreensão integrada dos vetores econômico, territorial, social e institucional, no contexto das transformações impulsionadas pela Rota Bioceânica, evidencia a necessidade de bases empíricas sólidas para orientar o planejamento e a formulação de políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, a análise científica sobre migrações internacionais assume papel estratégico, uma vez que o fenômeno migratório está diretamente relacionado aos processos de desenvolvimento regional, integração produtiva e inclusão social.

Diante da complexidade das dinâmicas migratórias analisadas e da multiplicidade de abordagens teóricas e empíricas sobre o tema, torna-se relevante compreender como a produção científica tem tratado essas questões. Nesse sentido, o uso da bibliometria permite identificar tendências, lacunas e enfoques predominantes, subsidiando tanto a análise acadêmica quanto a formulação de políticas públicas. É a partir dessa perspectiva que o próximo capítulo se dedica à discussão conceitual da bibliometria no estudo das migrações.

3 A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOMETRIA NO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

A opção por introduzir a importância da bibliometria, decorre de sua capacidade de oferecer uma leitura estruturada do conhecimento já produzido sobre migrações internacionais, especialmente em contextos ainda pouco sistematizados. No caso de Mato Grosso do Sul, essa abordagem adquire relevância adicional ao fornecer um referencial inicial para a organização de informações que podem sustentar, em etapa posterior, a institucionalização de um observatório de migrações, concebido como espaço de articulação entre produção científica e necessidades práticas da gestão pública estadual.

Nesse trabalho, a bibliometria é mobilizada como referência conceitual e recurso analítico de apoio, sem a realização de uma análise bibliométrica propriamente dita. Sua incorporação tem a finalidade de delimitar o escopo do capítulo e situar a discussão no campo dos estudos sobre migrações internacionais, permitindo enquadrar o debate acadêmico diante de transformações territoriais e institucionais recentes associadas aos processos de integração regional.

A consolidação da Rota Bioceânica como corredor estratégico de integração entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile recolocou Mato Grosso do Sul no centro das discussões sobre mobilidade humana, reconfiguração territorial e desenvolvimento regional. A expansão do movimento de pessoas, mercadorias e serviços costuma fortalecer os fluxos migratórios, diversificar a composição populacional e exigir dos municípios de fronteira - e das cidades afetadas pelo empreendimento - o desenvolvimento de novas competências institucionais.

Conforme apontam Vilela e Lopes (2011), a produção acadêmica brasileira sobre migração internacional do e para o Brasil, possui temas e espaços ainda pouco explorados, o que evidencia lacunas para investigação futura. Essa constatação reforça a necessidade de atores públicos e gestores municipais se prepararem para realidades migratórias em mutação, situação que o corredor da Rota Bioceânica pode amplificar.

Diante desse cenário, compreender como a produção científica brasileira tem abordado a migração internacional torna-se fundamental para subsidiar políticas públicas e orientar estratégias de desenvolvimento local. Nesse contexto, a bibliometria desponta como modalidade metodológica capaz de mapear tendências, identificar lacunas e revelar a organização intelectual do campo, permitindo análises robustas e sistemáticas sobre como o tema vem sendo tratado no país e na região.

Vieira e Silva (2023), apontam que os estudos bibliométricos brasileiros revelam o caráter multidisciplinar das investigações e a recorrente utilização de indicadores para mapear redes de colaboração e tendências de produção. A abordagem metodológica, aplicada à migração internacional no contexto de Mato Grosso do Sul, pode abrir espaço para identificar onde há maior escassez de pesquisa ou onde há concentração de estudos.

A bibliometria, ao articular métodos estatísticos e análise da comunicação científica, favorece a identificação de relações entre migração, fronteiras e desenvolvimento. A literatura sobre o tema evidencia que a produção científica brasileira sobre migrações cresceu, sobretudo, a partir dos anos 2000, acompanhando os debates sobre direitos humanos, integração regional e dinâmicas econômicas transfronteiriças.

Almeida e Cleps (2024, p. 453), destacam que “a migração internacional para o Brasil teve um aumento significativo a partir do ano de 2010”, implantando novas agendas de pesquisa social e geográfica no país. Este movimento incrementa a relevância de se investigar como os fluxos migratórios interagem com corredores como a Rota Bioceânica e seus impactos territoriais.

O mencionado movimento é particularmente relevante para Mato Grosso do Sul, cuja localização estratégica o transforma simultaneamente em espaço receptor, emissor e de trânsito migratório. Na medida em que a Rota Bioceânica amplia a conectividade logística e humana do Estado, utilizar a bibliometria para avaliar estudos e interpretar possíveis impactos econômicos, sociais e culturais, torna-se cada vez mais relevante.

Segundo Barretto e Souza (2025), a produção científica que examina os contextos migratórios no Brasil e sua interface com a saúde pública, revela uma diversificação crescente de perfis e deslocamentos. As evidências sugerem que o contexto fronteiriço de Mato Grosso do Sul requer abordagens integradas que considerem mobilidade, infraestrutura e direitos humanos.

Compreender como o conhecimento científico sobre migrações e saúde pública tem sido produzido e articulado torna-se essencial para captar a evolução dos debates e identificar lacunas investigativas. Neste sentido, a adoção de ferramentas sistemáticas de análise da literatura oferece subsídios robustos para mapear tendências, atores e enfoques predominantes e é neste contexto que se insere a bibliometria.

3.1 Conceitos e métodos da bibliometria

A bibliometria é tradicionalmente definida como a aplicação de métodos quantitativos à literatura científica, com o objetivo de analisar padrões de produção, difusão e influência do conhecimento. Pritchard (1969) estabeleceu o conceito ao propor métricas para mensurar a atividade científica e, desde então, o campo tem incorporado sofisticados modelos analíticos e formas de visualização. Garfield (1979), um dos expoentes da área, observa que “a citação é um banco de dados bibliográfico que fornece links de ligações entre documentos” e ressalta que a análise dessas conexões possibilita desvendar a estrutura cognitiva de um campo científico.

No campo das migrações, essa abordagem é particularmente útil, pois o fenômeno migratório é multidimensional e envolve interfaces com o desenvolvimento socioeconômico, políticas públicas, inserção laboral, direitos humanos e relações internacionais. Para estados fronteiriços como Mato Grosso do Sul, a bibliometria pode auxiliar no mapeamento de quais dimensões da migração têm recebido maior atenção na literatura e quais permanecem subexploradas. Esta leitura é importante em um momento em que a Rota Bioceânica desponta como vetor de dinamização econômica, gerando expectativas sobre novas oportunidades e desafios para a gestão migratória e para o desenvolvimento local.

3.1.1 Definição e aplicações

A bibliometria opera a partir de metadados extraídos de bases científicas e produz indicadores que permitem identificar autores mais produtivos, redes de colaboração, periódicos centrais, temas emergentes e contribuições de maior impacto. Donthu *et al.* (2021) destacam que os estudos bibliométricos permitem analisar a evolução de um campo científico, identificar tendências emergentes e mapear sua estrutura intelectual por meio da formação de agrupamentos temáticos, que evidenciam aproximações entre autores, conceitos e abordagens. Para os autores, essa metodologia possibilita organizar grandes volumes de dados e revelar padrões que orientam novas investigações. Essa capacidade analítica torna a bibliometria especialmente relevante para compreender fenômenos em rápida transformação, como aqueles relacionados aos processos de integração territorial impulsionados pela Rota Bioceânica.

No caso das migrações internacionais relacionadas ao desenvolvimento local, a bibliometria pode revelar, por exemplo:

- a) a predominância de estudos sobre direitos e políticas públicas em áreas fronteiriças;

- b) a emergência de pesquisas sobre migração laboral associada a obras de infraestrutura e corredores logísticos;
- c) a sub-representação de estudos específicos sobre Mato Grosso do Sul no contexto da integração bioceânica;
- d) a necessidade de análises que articulem desenvolvimento econômico regional e governança migratória.

Isso significa que o uso da bibliometria pode subsidiar políticas públicas ao indicar quais áreas precisam de aprofundamento científico para acompanhar o ritmo das transformações impulsionadas pela nova rota internacional.

A aplicação da bibliometria tem sido potencializada pelo desenvolvimento de *softwares* especializados que automatizam a construção de redes e a visualização gráfica dos dados.

No uso da bibliometria, a análise de desempenho quantifica a produção de autores, instituições e periódicos; a análise de coautoria mapeia redes colaborativas; a cocitação e o acoplamento bibliográfico revelam bases teóricas e afinidades cognitivas; e a análise de copalavras identifica temas estruturantes e emergentes. Zupic e Čater (2015) sintetizam essas abordagens ao descrevê-las como componentes de um procedimento metodológico que integra técnicas estatísticas, ferramentas de visualização e interpretação substantiva, enfatizando que a robustez da bibliometria decorre justamente da articulação entre métodos quantitativos e análise qualitativa.

Além da utilização de *softwares*, o uso de técnicas como análise de cocitação e de copalavras, permitem identificar as bases teóricas que sustentam o campo e as áreas temáticas de maior destaque, incluindo a produção interdisciplinar sobre desenvolvimento local, economia regional e dinâmicas fronteiriças, cada vez mais presentes nos debates sobre integração bioceânica.

Quadro 7- Principais técnicas bibliométricas mencionadas

Técnica	Finalidade
Análise de desempenho	Identifica autores, instituições, revistas
Análise de coautoria	Mapeia redes de colaboração
Cocitação	Revela bases teóricas comuns
Acoplamento bibliográfico	Indica afinidade temática entre estudos
Análise de copalavras	Identifica temas emergentes

Fonte: autoria própria

A partir dessas possibilidades analíticas, torna-se evidente que a bibliometria não apenas organiza produções científicas, mas também oferece subsídios para compreender como determinados temas se estruturam e ganham centralidade em campos interdisciplinares. Essa capacidade de revelar fundamentos teóricos, tendências emergentes e conexões entre áreas de pesquisa é particularmente relevante quando se examinam fenômenos complexos que articulam dimensões sociais, econômicas e territoriais. É neste sentido que a análise bibliométrica pode se mostrar um instrumento profícuo para explorar a relação entre migrações, desenvolvimento local e os impactos associados à implementação da Rota Bioceânica.

3.1.2 Migrações, desenvolvimento local e Rota Bioceânica: possível contribuição analítica da bibliometria

De acordo com Brenner (2019) e Santos & Silveira (2001), grandes projetos de integração regional atuam como catalisadores de transformações socioespaciais, alterando padrões de mobilidade populacional e dinâmicas econômicas. No contexto da Rota Bioceânica, pesquisas podem indicar impactos expressivos na atração de investimentos, na geração de empregos e na reconfiguração das interações transfronteiriças. Tais mudanças tendem a intensificar a circulação de pessoas, tornando ainda mais pertinente uma análise bibliométrica capaz de identificar como a produção acadêmica brasileira tem discutido e interpretado essa relação entre infraestrutura, integração regional e mobilidade humana.

A bibliometria permite observar, por exemplo, se existem pesquisas sobre desenvolvimento local que incorporam a variável migratória, estudos sobre fronteiras, destacando impactos da rota e, ainda, até que ponto investigações sobre migrações internacionais tratam das especificidades do estado de Mato Grosso do Sul. Essa triangulação entre temas - migração, desenvolvimento e integração territorial - é estratégica para orientar políticas públicas capazes de potencializar possíveis benefícios sociais e econômicos gerados pela Rota Bioceânica.

O uso da bibliometria para analisar a produção científica sobre migrações internacionais no Brasil, pode oferecer instrumentos essenciais para compreender o estado da arte, identificar tendências e revelar lacunas que precisam ser preenchidas. No contexto de Mato Grosso do Sul, a bibliometria pode assumir importância ainda maior, ao possibilitar a articulação entre estudos migratórios, desenvolvimento local e integração continental por meio da Rota Bioceânica. Ao fornecer indicadores objetivos sobre temas, autores, instituições e redes de pesquisa, essa metodologia contribuirá para orientar ações governamentais, fortalecer

capacidades institucionais e subsidiar políticas públicas que promovam desenvolvimento regional sustentável, diante do novo cenário de conectividade territorial.

3.2 Relevância da bibliometria para políticas migratórias

A bibliometria tem adquirido lugar estratégico no campo dos estudos migratórios, especialmente pela capacidade de revelar padrões de produção científica, lacunas investigativas e tendências teórico-metodológicas que orientam o debate contemporâneo. Como observam Araújo e Alvarenga (2011), a bibliometria permite analisar a produção científica de pesquisadores e instituições, oferecendo indicadores que revelam padrões e tendências com elevado grau de detalhe.

No caso brasileiro, a aplicação da bibliometria ao tema das migrações internacionais permite identificar como o país tem construído conhecimento especializado sobre fluxos migratórios, políticas públicas, direitos humanos e integração socioeconômica. Estudos coordenados por Baeninger *et al.* (2018), evidenciam que, ao longo das últimas décadas, o Brasil passou a integrar de maneira mais intensa os circuitos migratórios sul-sul, especialmente com a chegada de haitianos, senegaleses e, mais recentemente, venezuelanos. Esses trabalhos destacam que tais fluxos refletem transformações geopolíticas e socioeconômicas globais, reposicionando o país como um destino relevante dentro dessas dinâmicas.

Embora não realizem um mapeamento bibliométrico da produção acadêmica, as autoras demonstram que a ampliação desses movimentos populacionais contribuiu para diversificar agendas de pesquisa e ampliar o interesse acadêmico sobre migrações contemporâneas no Brasil.

Por permitir a identificação sistemática do que está sendo pesquisado e de como os temas se articulam, a bibliometria se torna ferramenta relevante para governos e instituições que buscam qualificar políticas migratórias. A Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2022) destaca que a produção de conhecimento baseado em evidências é condição indispensável para a formulação e a avaliação de políticas públicas. A bibliometria não apenas revela o estado da arte dos estudos migratórios, mas também orienta gestores na definição de prioridades, estratégias e instrumentos legais e institucionais.

No contexto de Mato Grosso do Sul, estado caracterizado por intensos fluxos transfronteiriços e por sua inserção estratégica na Rota Bioceânica, a bibliometria torna-se especialmente relevante. A identificação de tendências de pesquisa sobre mobilidade humana, fronteiras, integração regional e circulação de trabalhadores pode auxiliar na construção de

políticas públicas capazes de responder às transformações trazidas pelo corredor logístico. Considerando que a Rota Bioceânica tende a intensificar a circulação de pessoas entre Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, torna-se fundamental que o Estado disponha de diagnósticos precisos e atualizados sobre os impactos sociais, econômicos e culturais associados a esse novo cenário.

A bibliometria oferece subsídios importantes para o monitoramento da produção científica sobre migrações, permitindo identificar tendências de pesquisa e orientar agendas institucionais. Como discute Spinak (1998), esse conjunto de técnicas funciona como instrumento de avaliação da atividade científica e possibilita observar dinâmicas emergentes nos campos de estudo. Seu uso contribui para aproximar a produção acadêmica das demandas de políticas públicas, especialmente em contextos de alta mobilidade populacional, como os territórios de fronteira e os eixos de integração internacional.

3.2.1 Informações para a formulação de políticas públicas

A formulação de políticas migratórias exige informações sistematizadas, atualizadas e validadas cientificamente. A bibliometria, ao permitir a organização de dados sobre tendências temáticas, redes de pesquisa, produção institucional e evolução dos debates, possibilita aos formuladores de políticas um panorama detalhado das contribuições acadêmicas disponíveis.

Lima e Míoto (2007) enfatizam que o conhecimento científico, ao sistematizar informações e orientar a análise crítica, constitui elemento fundamental para decisões profissionais bem fundamentadas. Embora situadas no campo do Serviço Social, suas reflexões evidenciam que práticas institucionais (inclusive na gestão pública), ganham consistência quando sustentadas por referenciais teóricos rigorosos.

Uma análise bibliométrica pode, por exemplo, indicar se há predominância de estudos sobre integração laboral, direitos humanos, fronteiras ou acolhimento humanitário, permitindo ao poder público identificar temas sobre os quais há maior consenso científico ou, ao contrário, áreas ainda pouco exploradas que exigem aprofundamento.

No caso de Mato Grosso do Sul, a bibliometria pode subsidiar políticas voltadas ao atendimento de imigrantes, à proteção de refugiados, à promoção da integração socioeconômica e à articulação entre municípios fronteiriços. Com a consolidação da Rota Bioceânica, cresce a necessidade de prever impactos sobre oferta de serviços, mercado de trabalho, dinâmica urbana e mobilidade transnacional. Uma análise bibliométrica de produções sobre fronteiras,

integração regional e corredores logísticos, pode orientar ações governamentais, evitando improvisações e fortalecendo o planejamento baseado em evidências.

Além disso, a bibliometria pode apoiar a elaboração de marcos normativos estaduais, identificando boas práticas internacionais e referenciais teóricos consolidados. Velho (2001) destaca que o mapeamento da ciência constitui instrumento relevante para a compreensão das dinâmicas de produção do conhecimento e para o planejamento de políticas científicas. De modo complementar, Glänzel (2003) enfatiza que a bibliometria permite identificar tendências, áreas de concentração e formas de organização da atividade científica.

Esses aportes analíticos podem ser mobilizados para subsidiar setores públicos que enfrentam desafios complexos, como aqueles relacionados às migrações, incluindo o aprimoramento dos sistemas de acolhimento, documentação, registro, proteção social e mediação intercultural.

Ao fornecer diagnósticos consistentes e orientar decisões públicas, a bibliometria reafirma seu papel como instrumento indispensável para políticas migratórias eficazes, especialmente em territórios dinâmicos como Mato Grosso do Sul, cuja inserção na Rota Bioceânica amplia ainda mais a necessidade de planejamento cuidadoso e informado.

3.2.2 Proposta de organização do levantamento bibliométrico

A descrição do levantamento bibliométrico neste capítulo, tem como objetivo apresentar uma possibilidade metodológica que poderia complementar a investigação sobre migrações internacionais em Mato Grosso do Sul. Mesmo não sendo aplicado nesta dissertação, explicitar sua organização contribui para demonstrar como essa metodologia poderia apoiar análises futuras, especialmente em campos de conhecimento nos quais há dispersão temática e multiplicidade de enfoques. Essa perspectiva está alinhada ao que apontam Zupic e Čater (2015), ao afirmarem que a bibliometria oferece uma visão sistemática de áreas de pesquisa complexas e permite identificar padrões teóricos e empíricos que nem sempre são perceptíveis pela revisão tradicional da literatura.

A organização de um levantamento bibliométrico começa pela delimitação do escopo temático e pelo estabelecimento claro do problema de pesquisa. Em estudos que tratam simultaneamente de mobilidade humana, fronteiras e desenvolvimento regional, esse recorte deve assegurar que as obras selecionadas reflitam, com fidelidade, a estrutura do campo analisado. Essa abordagem encontra respaldo na literatura metodológica, uma vez que Aria e Cuccurullo (2017) destacam que a definição adequada do corpus é condição essencial para a

validade de análises bibliométricas. Assim, mesmo sem a execução empírica do levantamento, sua descrição no capítulo permite evidenciar critérios de rigor que orientariam pesquisas futuras.

Quadro 8- Etapas de organização de um levantamento bibliométrico

Etapa	Descrição
1. Delimitação do escopo temático	Definição clara do problema de pesquisa, do recorte temporal e das fronteiras conceituais do estudo
2. Definição das bases de dados	Seleção das plataformas mais adequadas (ex.: Scopus, Web of Science, SciELO) conforme o objetivo da pesquisa
3. Elaboração do protocolo de busca	Construção de descritores, operadores booleanos, idiomas e critérios de inclusão/exclusão para garantir reprodutibilidade
4. Execução da busca	Aplicação do protocolo nas bases selecionadas e exportação dos resultados para análise posterior
5. Organização e limpeza dos dados	Remoção de duplicações, padronização de nomes de autores/instituições e estruturação do corpus bibliográfico
6. Definição das categorias analíticas	Agrupamento temático dos estudos encontrados conforme padrões de conteúdo identificados
7. Análise e interpretação dos resultados	Identificação de lacunas, tendências, padrões e contribuições da literatura sobre o tema

Fonte: autoria própria

Na sequência, seria necessário construir um protocolo de busca transparente e reprodutível, contemplando bases de dados reconhecidas, como *Web of Science*, *Scopus* e *SciELO*. A literatura especializada recomenda essa padronização, pois garante comparabilidade e confiabilidade ao processo. Donthu *et al.* (2021) enfatizam que a bibliometria depende da clareza metodológica para gerar resultados consistentes, especialmente quando aplicada a temas interdisciplinares, como é o caso das migrações internacionais. Assim, a discussão sobre esse protocolo reforça a importância da sistematização na coleta de informações científicas, mesmo que a análise não seja realizada neste estudo.

Outra etapa imprescindível, seria o tratamento dos dados, que envolve a padronização de nomes de autores, instituições e palavras-chave. Spinak (1998) observa que as inconsistências nos metadados são uma das principais causas de imprecisões em análises bibliométricas, o que torna essa etapa fundamental para a confiabilidade de qualquer estudo. Ao incluir essa discussão, a dissertação evidencia a necessidade de cuidado técnico na organização de informações que alimentam diagnósticos e análises sobre áreas de conhecimento em expansão.

Além disso, a bibliometria tem potencial para revelar a estrutura conceitual de um campo, permitindo compreender como temas se articulam ao longo do tempo. Estudos de cocitação, acoplamento bibliográfico e coautoria, amplamente discutidos por Small (1973) e por Garfield (1979), possibilitam identificar influências intelectuais, relações de colaboração e

temas emergentes. No contexto da pesquisa sobre migrações internacionais, tal abordagem permitiria compreender como diferentes perspectivas teóricas dialogam ou se dissociam, especialmente em questões relacionadas às dinâmicas fronteiriças e ao desenvolvimento local.

A construção de categorias analíticas também desempenha papel relevante na estruturação de um eventual levantamento. Essas categorias poderiam ser organizadas de acordo com temas recorrentes na literatura, tais como políticas migratórias, integração socioeconômica de migrantes, impactos do desenvolvimento local sobre fluxos migratórios e estudos sobre infraestrutura e circulação. De acordo com Baeninger *et al.* (2018), a migração é um fenômeno multidimensional que exige abordagens capazes de relacionar processos sociais, econômicos e territoriais. Assim, a definição dessas categorias permitiria mapear de maneira mais clara, os eixos que estruturam o debate acadêmico, favorecendo estudos futuros no âmbito estadual.

Quadro 9- Categorias analíticas possíveis na bibliometria

Categoria Analítica	Descrição Sintética
Políticas migratórias	Estudos que discutem legislação, programas governamentais, normas e diretrizes que regulam fluxos migratórios
Integração socioeconômica de migrantes	Pesquisas sobre inserção laboral, acesso a serviços públicos, condições socioeconômicas e trajetórias profissionais
Desenvolvimento local e migrações	Produções que analisam como a dinâmica migratória se relaciona com atividades econômicas, mercado de trabalho e transformações regionais
Infraestrutura, circulação e mobilidade	Trabalhos que abordam transporte, fronteiras, mobilidade humana e condições estruturais que influenciam o deslocamento

Fonte: autoria própria

O levantamento bibliométrico, ainda que não aplicado, cumpre, portanto, uma função estratégica no capítulo. Ele não apenas amplia o repertório metodológico apresentado na dissertação, mas também demonstra como uma ferramenta de análise científica poderia apoiar a consolidação de um campo de estudos ainda em fortalecimento em Mato Grosso do Sul.

Essa compreensão está de acordo com a argumentação da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2022), que enfatiza a importância da produção e sistematização de dados confiáveis para subsidiar a tomada de decisões em políticas migratórias. Assim, ao apresentar a organização possível desse levantamento, o capítulo contribui para fundamentar a necessidade de iniciativas futuras que promovam o monitoramento e a análise contínua da produção científica sobre mobilidade humana no Estado.

A inserção dessa discussão reforça a relevância da bibliometria como base analítica para iniciativas institucionais permanentes, como a criação de um observatório estadual, voltado ao monitoramento, à interpretação e ao apoio à formulação de políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Como destacam Lima e Miotto (2007), políticas públicas fundamentam-se em diagnósticos sólidos, e a sistematização da produção científica constitui uma parte importante desse processo.

Dessa forma, a discussão sobre a importância do levantamento bibliométrico evidencia seu potencial de aplicação para além do campo metodológico, ao indicar caminhos para a sistematização contínua do conhecimento e para o apoio às políticas públicas, justificando sua abordagem no plano institucional como elemento estruturante de um observatório de migrações internacionais em Mato Grosso do Sul.

3.3 A bibliometria utilizada como instrumento estruturante de um observatório de migrações internacionais

A criação de um observatório de migrações internacionais em Mato Grosso do Sul, exige metodologias capazes de assegurar o monitoramento contínuo e a sistematização do conhecimento disponível. Neste contexto, a bibliometria pode desempenhar um papel estruturante ao apoiar a organização, a curadoria e a interpretação da produção científica relevante às finalidades do observatório.

Em sua aplicação institucional, a bibliometria ultrapassa o uso estritamente acadêmico, ao possibilitar o acompanhamento da evolução dos debates científicos e a identificação de temas emergentes e lacunas na literatura sobre migrações internacionais. Essa capacidade analítica contribui para a elaboração de diagnósticos alinhados às transformações sociais, territoriais e institucionais que incidem sobre o Estado, especialmente em áreas de fronteira e de integração regional.

Além disso, o método pode subsidiar a definição de agendas prioritárias do observatório, orientando a produção de relatórios temáticos, notas técnicas e análises comparativas. Ao evidenciar padrões de produção científica e relações entre campos como migração, desenvolvimento local, direitos humanos e integração continental, a bibliometria fortalece a função do observatório como espaço de articulação entre conhecimento científico e gestão pública.

Conforme destacam Donthu *et al.* (2021), a bibliometria permite identificar padrões na produção científica, analisar redes de colaboração e examinar as relações entre diferentes

elementos da literatura acadêmica, contribuindo para a compreensão da disseminação e da influência do conhecimento produzido. Essa perspectiva analítica, ilustrada na Figura 5, exemplifica como o método pode articular a produção científica disponível à geração de análises qualificadas e ao apoio à formulação de políticas públicas, no contexto de Mato Grosso do Sul.

Figura 5- Função analítica da bibliometria no observatório de migrações internacionais



Fonte: autoria própria

Alinhada a essa perspectiva, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ressalta que dados e evidências são fundamentais para orientar a formulação, o planejamento e a implementação de políticas públicas eficazes. Neste sentido, a bibliometria reforça a atuação de um observatório de migrações internacionais, ao permitir a identificação sistemática de tendências e desafios, contribuindo para o apoio contínuo à formulação, ao monitoramento e à avaliação de iniciativas de governo no Estado.

Não obstante o reconhecimento da bibliometria como metodologia relevante para subsidiar diagnósticos e orientar políticas públicas, o foco analítico da presente pesquisa concentrou-se no tratamento qualitativo das entrevistas realizadas com os migrantes.

4 O CENTRO DE ATENDIMENTO EM DIREITOS HUMANOS (CADH) COMO BASE EMPÍRICA E O PERFIL DOS MIGRANTES ENTREVISTADOS

A abordagem desenvolvida neste capítulo tem como questão de partida a intensificação dos fluxos migratórios em Mato Grosso do Sul, fenômeno associado tanto à posição geoestratégica do Estado na América do Sul quanto à consolidação da Rota Bioceânica como corredor de integração regional. Esse contexto recente tem ampliado de forma significativa a demanda por serviços públicos voltados à população migrante, evidenciando a necessidade de estruturas institucionais capazes de responder a essas dinâmicas.

Nesse cenário, o Governo do Estado, por meio da Unidade de Atendimento ao Migrante, vinculada ao Centro de Atendimento em Direitos Humanos (CADH), passa a desempenhar papel central no acolhimento, na orientação e no apoio à regularização documental de migrantes. A atuação do CADH consolida-se como referência institucional na garantia de direitos e na articulação de ações voltadas às migrações, aspecto evidenciado pelo crescimento contínuo dos atendimentos realizados nos últimos anos e pela diversidade das demandas registradas.

A ampliação dos fluxos migratórios e a heterogeneidade dos perfis atendidos revelam, ainda, a necessidade de aprimorar mecanismos de monitoramento, análise e integração de informações sobre migrações internacionais no âmbito estadual. **É nesse contexto que se fortalece a discussão sobre a criação de um observatório de migrações internacionais, cuja pertinência é reforçada pelo conjunto de dados empíricos aqui mobilizado.**

Com base nesse enquadramento, o capítulo organiza-se em três momentos complementares: inicialmente, apresenta-se a estrutura e o funcionamento do Centro de Atendimento em Direitos Humanos, situando-o no contexto da política estadual de direitos humanos; em seguida, são expostos os dados empíricos obtidos a partir dos atendimentos e das entrevistas realizadas; por fim, procede-se à análise desses dados, com o objetivo de compreender as experiências relatadas e suas implicações para o aprimoramento das ações voltadas às migrações.

4.1 O CADH como porta de entrada para o atendimento a migrantes

O Centro de Atendimento em Direitos Humanos (CADH), em funcionamento desde 2017, adquiriu relevância crescente diante da intensificação dos fluxos de mobilidade que atravessam Mato Grosso do Sul nas últimas décadas. A consolidação do Estado como área estratégica de circulação, intensificada por corredores logísticos como a Rota Bioceânica,

ampliou o papel do CADH, que passou a atuar não apenas no atendimento imediato, mas também como instância de orientação, organização de demandas e mediação do acesso a serviços públicos.

A reorganização institucional promovida pelo Decreto Estadual nº 16.547/2025 fortaleceu essas atribuições ao redefinir competências, padronizar procedimentos e integrar órgãos e organizações voltados ao acolhimento de migrantes. Com isso, o CADH passou a desempenhar função articuladora entre a documentação migratória, os serviços de orientação e o registro sistemático de informações, contribuindo para o planejamento e a coordenação das ações públicas no campo das migrações.

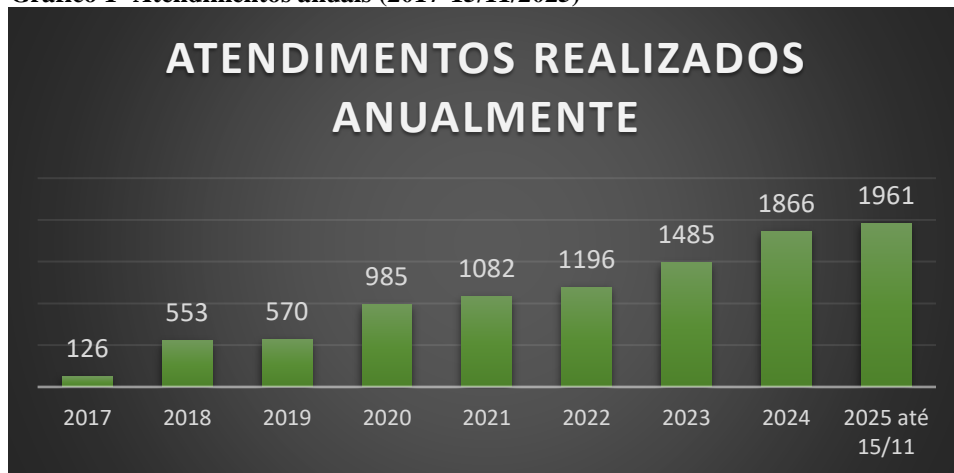
Essa estrutura ampliada possibilita respostas mais adequadas às demandas que chegam diariamente ao serviço, ao mesmo tempo em que favorece a produção de dados organizados e contínuos. Nesse sentido, a utilização do Cadastro de Atendimento dos Migrantes em Mato Grosso do Sul (CADMI-MS), implementado a partir de 2021, representa um avanço significativo, ao permitir o registro, o acompanhamento e a sistematização dos atendimentos realizados.

Os dados quantitativos produzidos por meio do CADMI-MS constituem uma fonte relevante de informação sobre a circulação de pessoas no território estadual, revelando padrões de demanda e características gerais do público atendido. A consolidação do CADH como estrutura institucional e a sistematização de seus registros configuram, assim, a base empírica que fundamenta a apresentação dos dados e a análise desenvolvidas nas seções seguintes.

4.2 Dados empíricos dos atendimentos e das entrevistas realizadas no CADH

A evolução dos atendimentos realizados pelo CADH desde sua criação, em 2017, até a primeira quinzena de novembro de 2025, evidencia alterações significativas na dinâmica migratória do Estado. Os registros anuais apontam variações expressivas no volume de pessoas que buscaram orientação e apoio institucional, indicando o reconhecimento progressivo do CADH como espaço de referência para a população migrante.

Gráfico 1- Atendimentos anuais (2017-15/11/2025)



Fonte: Sistema CADMI-MS

A partir de 2021, com a implantação do sistema CADMI-MS, tornou-se possível observar de forma mais detalhada a distribuição dos atendimentos por gênero. Os dados indicam crescimento contínuo da demanda tanto entre homens quanto entre mulheres, ainda que se mantenha maior procura por parte do público masculino. Esse padrão reflete características recorrentes das migrações associadas ao mercado de trabalho, sem excluir a presença significativa de mulheres e famílias.

Gráfico 2- Atendimentos por gênero (2021-15/11/2025)

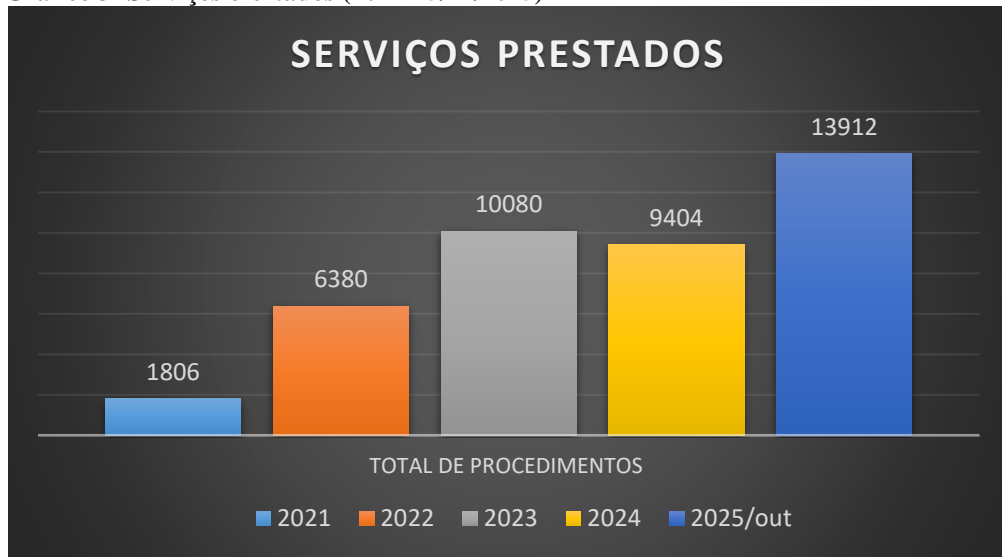


Fonte: Sistema CADMI-MS

No mesmo período, verifica-se ampliação do conjunto de procedimentos realizados pelo CADH. Os serviços ofertados abrangem orientações gerais, ações de regularização documental, cadastros em sistemas oficiais, emissão e digitalização de documentos, entre outros. O aumento do total de procedimentos efetuados ao longo dos anos, demonstra não

apenas a intensificação da procura pelo serviço, mas também a diversidade das demandas atendidas.

Gráfico 3- Serviços ofertados (2021-15/11/2025)



Fonte: Sistema CADMI-MS

4.2.1 Procedimentos metodológicos das entrevistas

As entrevistas que integram a etapa empírica desta pesquisa, foram realizadas presencialmente na Unidade de Atendimento ao Migrante, vinculada ao CADH, ao longo do mês de outubro de 2025. No referido período, o serviço atendeu presencialmente cento e setenta migrantes internacionais, sendo noventa e três do sexo masculino e setenta e sete do sexo feminino.

Gráfico 4- Número de migrantes atendidos pelo CADH (outubro/2025)



Fonte: Dados CADMI-MS

Dentre os serviços mais procurados no mencionado mês, destacam-se segunda via da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), agendamento para atendimento na Polícia

Federal, cadastro no sistema CADMI-MS, impressão de certidões diversas, digitalização de documentos e orientações diversas.

Gráfico 5- Principais serviços ofertados pelo CADH (outubro/2025)



Fonte: sistema CADMI-MS

As entrevistas ocorreram de forma contínua e organizada, com a realização de 5 (cinco) entrevistas por dia, sempre às terças e quintas-feiras, nos dias 2, 7, 9, 14, 16, 21, 23 e 28 de outubro, totalizando 40 (quarenta) entrevistas. Esse procedimento assegurou padronização no acolhimento, ambiente institucional adequado e confidencialidade aos participantes, além de permitir a observação da rotina de atendimento do serviço público estadual.

Os dados apresentados nas subseções seguintes possuem caráter descritivo e constituem a base empírica para a análise interpretativa desenvolvida posteriormente.

4.2.2 Perfil sociodemográfico dos entrevistados

O conjunto dos entrevistados apresenta características que permitem delinear o perfil predominante da migração internacional atendida pelo CADH. Observa-se predominância de pessoas em idade economicamente ativa, com maior concentração nas faixas etárias entre vinte

e cinco e cinquenta e quatro anos. Essa distribuição indica migração fortemente associada à inserção laboral e à reconstrução de projetos de vida.

Tabela 1- Distribuição dos participantes por faixa etária

<i>Faixa etária</i>	<i>Número de participantes</i>
<i>18–24 anos</i>	2
<i>25–34 anos</i>	7
<i>35–44 anos</i>	15
<i>45–54 anos</i>	11
<i>55–64 anos</i>	5
<i>65+ anos</i>	0
Total	40

Fonte: autoria própria

Em relação ao gênero, identificou-se a participação de vinte e sete homens e treze mulheres. Quanto à nacionalidade, destacou-se a presença de migrantes venezuelanos, seguidos por paraguaios, bolivianos, colombianos e cubanos, refletindo tanto fluxos regionais históricos quanto deslocamentos mais recentes no contexto sul-americano.

Tabela 2- Nacionalidade dos participantes

<i>Nacionalidade</i>	<i>Número de participantes</i>
<i>Venezuelana</i>	28
<i>Paraguaia</i>	5
<i>Boliviana</i>	2
<i>Colombiana</i>	2
<i>Cubana</i>	3
Total	40

Fonte: autoria própria

Os dados sobre tempo de residência revelam que a maioria dos entrevistados se encontra em fase inicial de adaptação ao país e ao Estado, com concentração entre um e três anos de permanência.

Tabela 3- Tempo de Residência no Brasil

<i>Tempo de residência</i>	<i>Número de participantes</i>
<i>Menos de 1 ano</i>	8
<i>1 a 3 anos</i>	20
<i>4 a 6 anos</i>	12
<i>7 a 10 anos</i>	0
<i>Mais de 10 anos</i>	0
Total	40

Fonte: autoria própria

Tabela 4- Tempo de Residência em Mato Grosso do Sul

<i>Tempo de residência</i>	<i>Número de participantes</i>
<i>Menos de 1 ano</i>	19
<i>1 a 3 anos</i>	21
<i>4 a 6 anos</i>	0
<i>7 a 10 anos</i>	0
<i>Mais de 10 anos</i>	0
Total	40

Fonte: autoria própria

A distribuição territorial indica predominância na capital, Campo Grande, sem excluir a presença em municípios médios e pequenos, sobretudo aqueles vinculados a atividades econômicas estratégicas.

Tabela 5- Município de residência dos entrevistados

<i>Município</i>	<i>Número de participantes</i>
<i>Campo Grande</i>	22
<i>Aquidauana</i>	2
<i>Miranda</i>	5
<i>Porto Murtinho</i>	1
<i>Rio Negro</i>	2
<i>Rio Verde de MT</i>	1
<i>Rochedo</i>	2
<i>São Gabriel do Oeste</i>	1
<i>Sidrolândia</i>	1
<i>Terenos</i>	3
Total	40

Fonte: autoria própria

A presença de famílias entre os entrevistados é significativa, evidenciando que Mato Grosso do Sul se configura não apenas como território de passagem, mas também como espaço de permanência. O acesso inicial a serviços públicos, mediado pelo CADH, aparece como elemento central no processo de integração.

4.2.3 Motivações e trajetórias migratórias

As entrevistas indicam que as motivações para migrar para Mato Grosso do Sul estão fortemente relacionadas à busca por trabalho, à existência de oferta laboral prévia e à reunificação familiar. As trajetórias relatadas variam conforme a nacionalidade e a proximidade

geográfica, com percursos mais longos entre migrantes venezuelanos e deslocamentos mais curtos e recorrentes entre migrantes de países fronteiriços.

Tabela 6- Motivação para migrar para Mato Grosso do Sul

<i>Motivação</i>	<i>Número de participantes</i>
<i>Buscar emprego</i>	14
<i>Oferta de trabalho</i>	16
<i>Reunificação familiar</i>	10
<i>Total</i>	40

Fonte: autoria própria

De modo geral, as narrativas revelam percepção do Estado como espaço de oportunidades, associado à possibilidade de inserção econômica, segurança e melhores condições de vida. Entre os entrevistados que demonstraram conhecimento sobre a Rota Bioceânica, prevalece a expectativa de que sua consolidação possa ampliar oportunidades de trabalho e atrair novos fluxos migratórios.

Os dados apresentados nesta seção evidenciam a diversidade de perfis, trajetórias e experiências dos migrantes atendidos pelo CADH, constituindo a base empírica para a análise interpretativa desenvolvida a seguir.

4.3 Análise das entrevistas e implicações para a política migratória

A análise das entrevistas revela que a integração plena dos migrantes em Mato Grosso do Sul ainda enfrenta desafios significativos. Embora parte expressiva dos entrevistados esteja inserida no mercado de trabalho, são recorrentes relatos de informalidade, baixos salários e dificuldades de progressão profissional, especialmente em setores caracterizados por alta rotatividade.

O acesso à saúde pública emerge como um dos principais desafios, com dificuldades relacionadas à marcação de consultas, compreensão dos procedimentos e barreiras linguísticas. A regularização documental também aparece como obstáculo recorrente, mesmo com a mediação do CADH, impactando o acesso a direitos e serviços.

Questões habitacionais, educacionais e situações de discriminação e xenofobia foram igualmente mencionadas, ainda que em diferentes intensidades. Esses elementos evidenciam a necessidade de políticas públicas intersetoriais e de estratégias de acolhimento que considerem a diversidade cultural e social da população migrante.

Tabela 7- Principais desafios relatados pelos migrantes (múltiplas marcações)

<i>Tipo de desafio</i>	<i>Número de respostas</i>
<i>Acesso ao SUS</i>	38
<i>Habitação</i>	35
<i>Regularização documental</i>	32
<i>Educação (matrícula)</i>	17
<i>Discriminação e xenofobia</i>	7

Fonte: autoria própria

4.3.1 Contribuições das entrevistas para a criação de um observatório de migrações

O conjunto das entrevistas analisadas reforça a importância de mecanismos permanentes de monitoramento e produção de dados sobre migrações internacionais em Mato Grosso do Sul. As lacunas identificadas no acompanhamento dos fluxos, na integração das informações e na avaliação das políticas existentes indicam a pertinência da criação de um observatório de migrações internacionais.

A sistematização contínua de dados, aliada à escuta qualificada dos migrantes, pode subsidiar decisões governamentais, orientar o planejamento de ações públicas e acompanhar tendências associadas a processos estruturantes, como a Rota Bioceânica. Nesse sentido, o observatório se apresenta como instrumento estratégico para o fortalecimento da gestão migratória baseada em evidências e para a promoção dos direitos humanos no âmbito estadual.

5 O OBSERVATÓRIO DE MIGRAÇÕES EM MATO GROSSO DO SUL

A análise da pertinência da criação de um observatório de migrações em Mato Grosso do Sul insere-se em um contexto marcado pela crescente complexidade dos fluxos migratórios que atravessam o estado, decorrentes de sua posição geográfica estratégica e de suas fronteiras internacionais. **Nesse cenário, torna-se imprescindível um instrumento capaz de reunir, sistematizar e interpretar dados de forma contínua e interdisciplinar, subsidiando a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas voltadas às populações migrantes.**

Dessa forma, a discussão acerca de um observatório parte do reconhecimento de que iniciativas dessa natureza constituem espaços de produção de conhecimento e de articulação entre governo, academia e sociedade civil, o que reforça a relevância de compreender seus conceitos e funções.

5.1 Conceitos e funções de um observatório

O conceito de observatório alude a um centro de pesquisa, também com a capacidade de se tornar um instrumento de informação e suporte à tomada de decisões públicas. Ele desempenha papel crucial ao impulsionar a pesquisa, a propagação de informações e a geração de conhecimento. Entretanto, conforme apontam Macêdo, Maricato e Shintaku (2021, p. 1), “o uso do termo observatório evidencia uma pluralidade nas definições, podendo comprometer a compreensão da real função e as principais características de cada tipo de observatório”. Dessa forma, o conceito tende a ser moldado conforme o enfoque teórico ou a finalidade prática de cada iniciativa, refletindo a diversidade de perspectivas existentes em torno desse tipo de estrutura.

Nessa mesma linha, Macêdo, Maricato e Shintaku (2021) ainda destacam que, “polissêmico, o termo observatório reflete diversidade tipológica (do físico ao virtual), assim como uma multiplicidade de finalidades, funções e metodologias empregadas”. Segundo o dicionário *Michaelis on-line* (2025), ele é definido como:

1. Observação;
2. Lugar de onde se observa;
3. Mirante; e
4. Edifício onde se realizam observações astronômicas e meteorológicas.

No Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2025), o termo é descrito como:

1. Edifício equipado para observações astronômicas ou meteorológicas;
2. Instituição destinada a realizar tais observações;
3. Lugar de onde se observa qualquer coisa; mirante, miradouro; e
4. Ato ou efeito de observar(-se); observação.

Essas definições destacam tanto o aspecto físico quanto as atividades associadas aos observatórios.

De acordo com Sakata *et al.* (2013), a noção de observatório, associada ao conceito de um mirante, tem sua origem no latim *observatio*, que significa a habilidade de observar. Na filosofia, desde Aristóteles, o conceito de observação está associado à ideia de controle e orientação. De acordo com Pomata (2011), o termo *observatio* era pouco empregado na filosofia e medicina, durante o período medieval e renascentista, mas começou a ser mais frequente em textos do século XVI, geralmente no plural, como "experimenta et observationes". A escritora também ressalta uma mudança no sentido do termo: originalmente ligado ao cumprimento de leis no século XVII, ele se tornou uma categoria epistemológica, particularmente em trabalhos acadêmicos europeus.

Sua origem latina está associada aos conceitos de observação, monitoramento e concentração de atenção. No momento, o conceito também está ligado a atividades como a fiscalização, supervisão e monitoramento. Neste cenário, um observatório pode ser visto como um local voltado para a investigação de processos, aplicações e a geração de conhecimento ou informações (Sakata *et al.*, 2013).

O Observatório da Estratégia da Justiça Federal, por meio de nota explicativa, apresenta que os observatórios se dividem em três categorias distintas:

1. Notícias/fórum de discussões/estímulo;
2. Instrumento de Administração/Monitoramento de Indicadores;
3. Núcleo de Suporte à Investigação.

Conforme o mesmo documento, o primeiro se refere à estrutura simplificada de *blogs*, ou à definição de especialistas ou pessoas conhecedoras profundamente da temática, ambos com o propósito de estimular a ação dentro do campo estabelecido. O segundo se concentra mais em dados, indicadores e bases de dados, visando reunir provas objetivas sobre o assunto proposto, servindo, inclusive, como instrumento para a tomada de decisões e direcionamento

de políticas institucionais. Por outro lado, o terceiro se refere a entidades ligadas às instituições educacionais, frequentemente identificadas como grupos de pesquisa.

5.1.1 Importância da criação de um observatório

O papel de um observatório é acompanhar e interpretar acontecimentos em seu campo de trabalho, coletando, estruturando e transmitindo informações de maneira clara e pertinente. Embora não haja uma definição universal, os observatórios são vistos como instrumentos para produzir provas que orientem decisões em seus campos de especialização. Eles podem ser desenvolvidos por diversos setores, tais como governos, entidades sociais ou corporações, e operam em níveis locais, regionais ou nacionais.

Em uma perspectiva histórica e contemporânea, o observatório poderá permitir uma revisita aos conceitos teóricos e empíricos, ampliando o conhecimento sobre os processos migratórios e suas influências na configuração social do estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com Husillos (2006, *apud* Pérez, 2021) existem diferentes tipos de observatórios: temáticos, setoriais; alguns promovidos pela administração, outros por organizações ou empresas sociais; de cobertura nacional, regional ou local. O autor ainda destaca três tipos diferentes de observatório:

- Centro de documentação - é o conceito de origem e, neste caso, o observatório é uma biblioteca dedicada a uma temática específica cuja missão se baseia em armazenar e classificar informação e documentação.
- Centro de análises de dados - considera o observatório como uma ferramenta de ajuda na tomada de decisão. Sua missão principal é: a) recolher, processar e proporcionar informação, e b) conhecer melhor e compreender a temática em questão mediante estudos com a participação de especialistas.
- Espaço de informação, intercâmbio e colaboração - corresponde ao conceito de observatório no contexto das TIC, e sua missão é: a) reunir, tratar e difundir a informação, b) conhecer melhor o assunto em questão, e c) promover a reflexão e o intercâmbio do conhecimento em rede.

Esses modelos reforçam o papel dos observatórios, como estratégicas na gestão e compreensão de diferentes temas sociais, incentivando uma ciência cidadã, como meio de reforçar a democracia no Brasil.

Os observatórios são estabelecidos com base em questões específicas, com foco em metas que mudam de acordo com os contextos em que estão situados e que afetam seus propósitos. Apesar de se concentrarem em diferentes campos de estudo, compartilham uma metodologia tecnológica comum, que requer a compreensão de seu conceito. Isso envolve a cooperação em grupo, a incorporação de diversas visões sobre a realidade e a estruturação sistemática do saber.

Na questão da migração internacional, por meio de uma abordagem interdisciplinar, um observatório poderá buscar a integração de estudiosos de diversas formações acadêmicas, promovendo análises interdisciplinares, que abordem as diferentes características dos fenômenos migratórios. Possibilitará, ainda, reunir pesquisadores de diversas instituições de ensino superior, fomentando uma reflexão coletiva em torno das migrações e suas diversas modalidades. No âmbito do poder público, poderá desempenhar um papel crucial, ao propiciar o mapeamento e o diagnóstico da situação real dos migrantes internacionais em Mato Grosso do Sul, tornando as tomadas de decisões mais efetivas e possibilitando a proposição de políticas públicas mais eficazes, fomentando o desenvolvimento regional em vários aspectos.

Dessa forma, a proposta de estudo sobre a relevância de criação de um observatório em Mato Grosso do Sul, reside na carência de informações e análises específicas sobre as migrações internacionais no Estado, visando o preenchimento dessa lacuna e subsidiando decisões e políticas relacionadas ao fenômeno migratório.

5.1.2 Alguns modelos existentes no Brasil

A consolidação de observatórios voltados às migrações no Brasil reflete uma tendência global de institucionalização do conhecimento aplicado à gestão pública e aos direitos humanos. Esses espaços funcionam como instrumentos técnico-científicos que articulam informação, monitoramento e formulação de políticas públicas. No cenário nacional, destacam-se modelos com distintas configurações institucionais, mas que compartilham o propósito de sistematizar evidências empíricas sobre os deslocamentos populacionais e seus desdobramentos socioeconômicos.

O Observatório das Migrações em São Paulo, coordenado pelo Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP), é considerado uma referência pioneira por associar pesquisa demográfica, estatísticas públicas e políticas regionais. Segundo Baeninger *et al.* (2018), o modelo paulista constitui-se como uma rede de produção e disseminação de conhecimento sobre as dinâmicas migratórias internas e internacionais, articulando dados, teoria e política pública. Essa perspectiva evidencia a natureza interdisciplinar e aplicada do observatório, cuja atuação transcende a esfera acadêmica.

Outro modelo relevante é o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), criado em 2013 a partir da cooperação entre o Ministério da Justiça e a Universidade de Brasília. Sua principal função é “produzir, analisar e disseminar informações sobre a imigração e a emigração internacionais no Brasil, com foco em políticas públicas e direitos humanos” de

migrantes (OBMigra, 2024). Trata-se de um modelo de observatório governamental com alto grau de integração institucional, voltado à produção de indicadores oficiais e relatórios técnicos periódicos.

Além desses, há modelos temáticos e regionais, como o Observatório das Migrações do Rio Grande do Sul, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Observatório de Direitos Humanos, vinculado à Universidade Federal de Roraima (UFRR), com foco significativo e diversos projetos, cursos e iniciativas relacionados a migrações e direitos humanos, dada a realidade fronteiriça de Roraima com a Venezuela.

Nesse contexto regional, destaca-se também o Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (MIGRAFRON), iniciativa voltada ao monitoramento, análise e produção de informações qualificadas sobre dinâmicas migratórias em áreas de fronteira, com foco especial nos fluxos que atravessam o estado de Mato Grosso do Sul. O MIGRAFRON se diferencia pelo olhar territorializado sobre as especificidades fronteiriças, pela articulação entre universidades, gestores públicos e sociedade civil e pela ênfase na integração regional e na governança migratória.

Conforme observa Macêdo, Maricato e Shintaku (2020), a multiplicidade de formatos e propósitos dos observatórios reflete a amplitude de suas funções, do monitoramento empírico à mobilização social. Essa pluralidade demonstra que não há um modelo único, mas arranjos adaptáveis às realidades institucionais e territoriais de cada contexto.

5.1.3 Proposta de estrutura para Mato Grosso do Sul

Considerando a experiência nacional e as especificidades fronteiriças de Mato Grosso do Sul, apresenta-se a relevância da criação de um observatório de migrações de caráter interinstitucional e participativo, ancorado em três dimensões complementares: produção de conhecimento científico, gestão de informações estratégicas e difusão pública de dados. Essa proposta reconhece que a governança migratória contemporânea requer articulação entre Estado, universidades e organismos internacionais. A estrutura organizacional sugerida contempla:

- a) Conselho Gestor Intersetorial, responsável pela governança estratégica e composto por representantes do governo estadual, universidades, sociedade civil e organismos multilaterais;
- b) Coordenação Técnica, vinculada à Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, incumbida da execução operacional;

- c) Grupos Temáticos Permanentes, voltados a eixos como trabalho e renda, documentação e regularização, educação intercultural, e saúde e proteção social.

Esse modelo converge com a noção de governança colaborativa discutida por Ansell e Gash (2008), segundo a qual políticas públicas complexas são mais efetivas quando baseadas em redes de cooperação entre diferentes níveis e setores institucionais. Em Mato Grosso do Sul, o observatório seria organizado e operacionalizado pela SEAD, em parceria com universidades públicas, como Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), aproveitando capacidades já existentes em pesquisa e extensão.

Além disso, a proposta pode prever a disponibilização, aos municípios, do Cadastro de Atendimento aos Migrantes em Mato Grosso do Sul (CADMI-MS), atualmente utilizado pelo governo estadual para o registro e o acompanhamento de migrantes internacionais. A articulação entre base empírica e pesquisa aplicada tende a assegurar que o observatório atue simultaneamente como instância científica de produção de conhecimento e como instrumento qualificado de apoio à gestão pública.

No que se refere à constituição do portal de um observatório de migrações internacionais, sua estrutura deve ser clara, organizada e orientada ao acesso facilitado a informações relevantes, de modo a atender tanto pesquisadores e formuladores de políticas públicas quanto o público em geral interessado no tema. Assim, apenas para fins ilustrativos e de melhor compreensão da proposta, a Figura 6 apresenta uma possível representação gráfica da estrutura de um observatório de migrações em Mato Grosso do Sul, inclusive com sugestão de denominação.

Figura 6- Proposta de estrutura e nome para o observatório



Fonte: autoria própria

Podem ser observadas outras considerações, como: navegação intuitiva, busca interna, responsividade, acessibilidade e multilíngue.

Quadro 10- Considerações adicionais para o observatório

Considerações	Descrição
Navegação Intuitiva	O menu principal deve ser claro e fácil de usar.
Busca Interna	Um campo de busca eficiente é fundamental para que os usuários encontrem o que procuram rapidamente.
Responsividade	O portal deve funcionar perfeitamente em computadores, tablets e smartphones.
Acessibilidade	Seguir as diretrizes de acessibilidade para garantir que pessoas com deficiência possam usar o portal.
Multilíngue	Dependendo do público-alvo e do escopo do observatório, pode ser interessante ter versões em outros idiomas (espanhol, inglês)

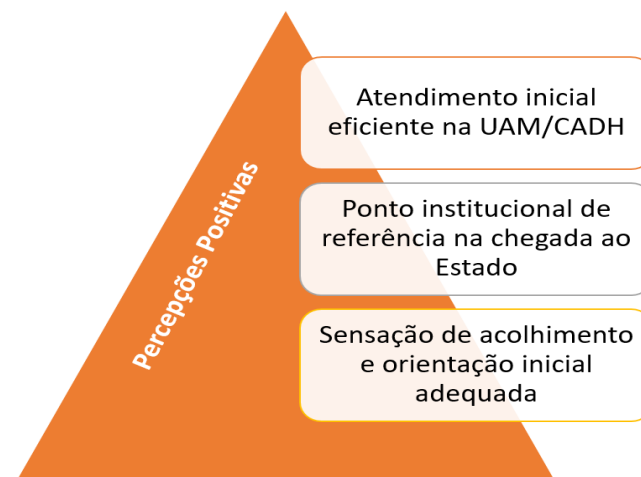
Fonte: autoria própria

5.1.4 Percepções sobre o papel do Estado e a necessidade de um observatório

As entrevistas revelam que os migrantes têm boa percepção sobre o papel do Estado na sua experiência de acolhimento, integração e acesso a direitos. Diferentemente do que tratado anteriormente acerca do perfil, das motivações e dos desafios vividos, este subitem destaca como os participantes interpretam a atuação estatal e o que esperam de políticas públicas estruturadas. As falas evidenciam que os migrantes não apenas demandam serviços, mas também reconhecem a importância de uma presença institucional contínua, articulada e baseada em informações confiáveis.

De forma geral, os entrevistados expressaram que o Estado desempenha um papel indispensável ao oferecer um ponto de referência institucional no momento da chegada, especialmente por meio do atendimento inicial realizado na Unidade de Atendimento ao Migrante do CADH. Para muitos, esse primeiro contato representa acolhimento, orientação e a sensação de que existe um suporte governamental disponível.

Figura 7- Percepções positivas sobre o papel do Estado



Fonte: autoria própria

Quando das entrevistas, parte dos participantes relatou que esse atendimento inicial não se sustenta ao longo do processo de adaptação. Predomina a percepção de que as ações governamentais são fragmentadas entre diferentes órgãos e setores, o que gera confusão, retrabalho e lacunas no atendimento. Nas falas surgem expressões como “falta continuidade”, “a gente não sabe onde procurar” e “jogam a gente de um lugar pra outro”, indicando que o problema central não é a ausência de políticas, mas a falta de coordenação entre elas.

Figura 8- Percepções negativas sobre o papel do Estado



Fonte: autoria própria

Essas percepções reforçam a compreensão de que, embora exista uma estrutura estatal minimamente organizada, ainda há fragilidades relacionadas à articulação interinstitucional e à consistência das ações ao longo do tempo. Nesse contexto, muitos migrantes compreendem que um observatório de migrações poderia contribuir para superar tais limitações, ao promover integração entre órgãos, sistematizar informações e orientar políticas públicas mais contínuas, eficientes e articuladas.

5.2 Integração com a Rota Bioceânica

A Rota Bioceânica configura-se como um eixo de desenvolvimento territorial e integração regional que transcende o transporte de cargas, envolvendo dimensões sociais, culturais e humanas. A criação de um observatório estadual dedicado às migrações em Mato

Grosso do Sul deve considerar a Rota não apenas como infraestrutura física, mas como vetor de mobilidade e transformação social. Segundo o Relatório “Rotas de Integração da América do Sul” (Ministério do Planejamento, 2024), o corredor reduzirá em 22,7% a distância marítima entre o Brasil e o mercado asiático, o que tende a intensificar o fluxo de pessoas e bens.

Nesse contexto, o observatório pode atuar como meio de monitoramento e análise dos efeitos migratórios da Rota, observando mudanças nos padrões de mobilidade laboral, na instalação de comunidades estrangeiras e nos impactos socioeconômicos locais. Experiências internacionais, como o Observatorio Suramericano de Migraciones (OSUMI), demonstram que o acompanhamento sistemático de fluxos humanos em corredores de integração é essencial para evitar desequilíbrios territoriais e promover políticas de inclusão. Assim, a integração entre o observatório de migrações e a Rota Bioceânica permitirá alinhar desenvolvimento econômico e governança social em Mato Grosso do Sul.

5.2.1 Possibilidades de cooperação regional

A governança da Rota Bioceânica demanda a criação de mecanismos regionais de cooperação técnica e científica, nos quais o observatório de migrações de Mato Grosso do Sul pode desempenhar papel estratégico. Tais mecanismos podem incluir acordos bilaterais de compartilhamento de dados, programas de intercâmbio acadêmico e plataformas de pesquisa colaborativa, principalmente entre instituições do Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

Organismos como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) têm incentivado a criação de redes de observatórios transfronteiriços. De acordo com a OIM (2023), a integração de bases de dados migratórios regionais é essencial para compreender as dinâmicas contemporâneas e formular respostas coordenadas aos desafios humanitários. Nesse contexto, o observatório sul-mato-grossense pode articular-se com iniciativas como o Mercosur Observatory of Migration e o Centro de Estudios de Migraciones y Derechos Humanos da Universidad Nacional de Asunción.

A cooperação regional também abre oportunidades para o financiamento internacional, especialmente por meio de programas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da União Europeia. Além de promover integração técnica, esses arranjos podem fortalecer o papel de Mato Grosso do Sul como mediador regional em temas de mobilidade e direitos humanos, reforçando sua relevância geopolítica no Cone Sul.

5.2.2 Papel do observatório na Rota Bioceânica

O observatório de migrações pode se consolidar como núcleo de inteligência social da Rota Bioceânica, responsável por gerar conhecimento aplicado, indicadores comparáveis e alertas precoces sobre impactos humanos.

De acordo com o Plano Estratégico Global da OIM 2024-2028, observatórios desempenham função essencial ao transformar dados dispersos em conhecimento público acessível, orientando políticas baseadas em evidências. Essa perspectiva reforça que o papel do observatório vai além da pesquisa, tratando-se de uma instância de governança, transparência e controle social.

Ao atuar de forma integrada com prefeituras e secretarias estaduais, o observatório poderá produzir relatórios periódicos sobre os impactos socioeconômicos da Rota, servindo de subsídio para decisões governamentais e empresariais. Essa prática alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 8, 10 e 11), que enfatizam crescimento inclusivo, redução de desigualdades e cidades sustentáveis.

5.3 Desafios e oportunidades

A implantação de um observatório estadual de migrações apresenta desafios estruturais e oportunidades estratégicas. Entre os principais estão a fragmentação dos dados migratórios, a necessidade de financiamento contínuo e a formação de equipes técnicas especializadas. Além disso, é fundamental superar resistências institucionais relacionadas ao compartilhamento de informações entre órgãos públicos.

Por outro lado, as oportunidades são amplas. O observatório pode funcionar como vetor de inovação institucional, fortalecendo políticas baseadas em evidências e contribuindo para a internacionalização do Estado. Conforme Sassen (2016), a mobilidade humana não é apenas um fenômeno demográfico, mas uma dimensão constitutiva da globalização e da reconfiguração das escalas urbanas e regionais. Dessa forma, o observatório se torna espaço privilegiado de interpretação das transformações contemporâneas e de articulação de respostas públicas coerentes com a complexidade do fenômeno migratório.

5.3.1 Benefícios sociais, econômicos e culturais

A criação do observatório de migrações em Mato Grosso do Sul pode gerar benefícios múltiplos. No campo social, pode contribuir para o aprimoramento das políticas de acolhimento, proteção de direitos e integração comunitária. No aspecto econômico, permitir

compreender a inserção dos migrantes nos mercados de trabalho formais e informais, subsidiando estratégias de capacitação e inclusão produtiva. E, sob a ótica cultural, favorecer o reconhecimento da diversidade linguística e identitária das populações migrantes.

Pesquisas recentes apontam que a valorização da interculturalidade fortalece o capital social e a coesão comunitária. Para Vieira e Baeninger (2022), a presença de comunidades migrantes em territórios de fronteira pode se converter em fator de dinamismo econômico e de inovação cultural, quando há políticas públicas adequadas. Assim o observatório, ao produzir diagnósticos e difundir boas práticas, atua como catalisador de desenvolvimento inclusivo.

5.3.2 Contribuições para a pesquisa acadêmica

Além de sua função administrativa, o observatório de migrações tem potencial de consolidar-se como polo de produção científica interdisciplinar. A integração de bases de dados, análises bibliométricas e redes de pesquisadores, permitirá o fortalecimento de linhas de pesquisa sobre mobilidade, fronteiras, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Essa dinâmica aproxima-se do conceito defendido por Oliveira e Silva (2023), no qual a cooperação entre pesquisadores e gestores públicos amplia a relevância social do conhecimento científico e favorece a transparência das políticas públicas. Dessa forma, o observatório não apenas sistematiza informações, mas também promove uma cultura de produção e circulação do conhecimento, podendo consolidar Mato Grosso do Sul como referência regional em estudos migratórios e integração bioceânica.

Ao impulsionar a produção científica e favorecer a circulação qualificada de informações, o observatório também fortalece a capacidade do Estado de transformar esse conhecimento em referências analíticas aplicáveis à gestão pública. A consolidação de bases integradas, métodos de análise e interpretações contextualizadas amplia o potencial de geração de evidências, essenciais para orientar decisões governamentais fundamentadas, desenvolver indicadores consistentes e aprimorar a formulação de políticas voltadas aos migrantes internacionais.

5.3.3 O observatório como base para políticas públicas fundamentadas em evidências

A formulação de políticas públicas voltadas aos migrantes internacionais demanda a existência de bases informacionais amplas e metodologicamente consolidadas. Políticas eficazes e efetivas dependem da capacidade de compreender, de forma contínua, os fluxos

migratórios, os perfis sociodemográficos e as condições de inserção social dessa população. Em Mato Grosso do Sul, onde a mobilidade humana é marcada por dinâmicas fronteiriças complexas, a criação de um observatório de migrações internacionais representa um passo fundamental para que o Estado possa organizar e interpretar dados de maneira sistemática.

Howlett (2019) argumenta que a capacidade analítica estatal, sustentada por dados consistentes, monitoramento e métodos comparativos, é determinante para a formulação e o aperfeiçoamento das políticas públicas. Assim, ao consolidar informações dispersas e permitir análises de longo prazo, o observatório amplia a capacidade do Estado de planejar, ajustar instrumentos e antecipar necessidades.

Do mesmo modo, Saraiva e Ferrarezi (2006) afirmam que a avaliação das políticas públicas requer capacidades institucionais voltadas à produção e ao uso sistemático de informações, destacando a importância de dados organizados, indicadores e mecanismos permanentes de monitoramento para orientar decisões governamentais.

Essa articulação entre produção de conhecimento, análise qualificada e uso estratégico da informação reforça o potencial do observatório para subsidiar a criação de indicadores que permitam monitorar a execução e avaliar os resultados das políticas públicas voltadas aos migrantes internacionais. A existência de um ambiente institucional especializado amplia o horizonte analítico do Estado, tornando possível desenvolver instrumentos de acompanhamento mais precisos, capazes de revelar não apenas o esforço empregado na implementação das ações, mas também seus efeitos sobre a vida das pessoas atendidas.

Por conseguinte, o desenvolvimento de indicadores de processo e de resultado torna-se particularmente muito relevante. Enquanto os primeiros permitem avaliar a operacionalização das políticas, revelando sua execução, cobertura e dinâmica interna, os segundos possibilitam verificar se essas ações efetivamente produzem melhorias concretas nas condições de vida dos migrantes. Ambos são essenciais para mensurar a eficácia e a efetividade das iniciativas governamentais, permitindo ajustes contínuos e decisões mais fundamentadas.

Com base nessa perspectiva, dois indicadores de processo e dois de resultado podem ser sugeridos para ilustrar como as informações organizadas e interpretadas pelo observatório sustentariam o acompanhamento da implementação das ações governamentais, a mensuração de seus efeitos e o apoio à tomada de decisão em todas as etapas do ciclo das políticas públicas.

Quadro 11- Sugestão de indicadores de processo e de resultado

Tipo de Indicador	Sugestão de Nome	Descrição	Utilidade
Processo	Indicador de Cobertura das Ações de Atendimento	Medir a proporção de migrantes internacionais atendidos pelos serviços estaduais (documentação, acolhimento, assistência social, saúde ou orientação jurídica), em relação ao total estimado de migrantes acessando ou demandando atendimento no período.	Avaliar a capacidade operacional do Estado e o alcance das ações implementadas, permitindo identificar gargalos e necessidades de ampliação de equipes, fluxos ou unidades.
Processo	Indicador de Execução das Ações Formativas e Informativas	Quantificar o número de atividades realizadas (capacitações, oficinas, campanhas, ações intersetoriais, formações de servidores, atividades de integração comunitária) em comparação com o planejado no período.	Revelar se os esforços programados estão sendo executados, apoiando a mensuração da eficácia operacional e da articulação intersetorial.
Resultado	Indicador de Redução da Vulnerabilidade Social Migrante	Medir a evolução das condições de vida dos migrantes atendidos, considerando variáveis como acesso à renda, regularização documental, moradia, segurança alimentar e acesso a serviços essenciais.	Avaliar a efetividade das políticas públicas, revelando se houve melhoria concreta nas condições socioeconômicas da população migrante.
Resultado	Indicador de Inserção Laboral e Produtiva de Migrantes	Calcular a proporção de migrantes inseridos no mercado de trabalho formal ou em atividades produtivas com proteção social, após ações de qualificação, orientação ou encaminhamento realizadas pelo Estado.	Permitir mensurar tanto a eficácia das políticas de integração socioeconômica quanto a efetividade das iniciativas voltadas à autonomia e ao protagonismo econômico dos migrantes.

Fonte: Autoria própria

A incorporação de métricas dessa natureza podem evidenciar o papel estrutural do observatório na transformação de dados em instrumentos de gestão. Ao oferecer parâmetros claros para acompanhar a execução e identificar mudanças produzidas pelas políticas, os indicadores conseguem fortalecer a capacidade analítica do Estado, promover maior transparência e orientar a tomada de decisão com maior precisão. **Assim, a consolidação de um observatório de migrações internacionais em Mato Grosso do Sul não apenas pode aprimorar o conhecimento sobre a realidade migratória, mas também sustentar uma gestão pública mais eficaz, responsiva e alinhada às necessidades da população migrante.**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho, reforça à pesquisadora a relevância estratégica, científica e social da criação de um observatório de migrações internacionais em Mato Grosso do Sul, sobretudo diante das mudanças decorrentes da Rota Bioceânica. O exame dos dados teóricos e empíricos evidenciou que o Estado enfrenta limitações na produção, sistematização e uso de informações sobre mobilidade humana, o que reduz a capacidade de planejamento e compromete a efetividade das políticas públicas. Nesse cenário, o observatório aparece como alternativa estruturante e inovadora, capaz de integrar dados, qualificar o conhecimento e orientar decisões fundamentadas.

A mobilidade humana em Mato Grosso do Sul configura-se como componente estruturante das dinâmicas territoriais e institucionais do Estado, articulando-se aos processos de integração regional sul-americana intensificados pela consolidação da Rota Bioceânica. Essa configuração amplia a complexidade dos fluxos e de seus impactos territoriais, reforçando a necessidade de mecanismos permanentes de análise e sistematização de informações que qualifiquem o planejamento estatal e orientem a formulação de políticas públicas mais integradas e inclusivas.

O percurso reflexivo deste estudo demonstrou, também, a importância de aproximar ciência e gestão pública. Um observatório pode atuar como elo entre produção acadêmica e formulação de políticas, favorecendo o diálogo entre pesquisadores, gestores e comunidades migrantes. Ao disponibilizar dados qualificados e atualizados, contribui para a transparência das ações governamentais e para o fortalecimento de uma cultura de participação social. Essa articulação é essencial diante da crescente complexidade dos fenômenos migratórios, que demandam interpretações embasadas e instrumentos eficazes de planejamento.

Do ponto de vista científico, o estudo reafirma a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre migrações em regiões de fronteira, ainda pouco exploradas na literatura nacional. Nesse sentido, a utilização da abordagem bibliométrica aponta lacunas de pesquisa sobre Mato Grosso do Sul e destaca o potencial do Estado para consolidar-se como referência em estudos aplicados à mobilidade humana.

O observatório poderá ter papel central nesse processo ao estimular novas investigações e fomentar a cooperação entre universidades, órgãos públicos e organizações internacionais. Sua atuação pode contribuir significativamente para a promoção da equidade e da dignidade humana, ao apoiar políticas que valorizem a diversidade cultural e combatam práticas discriminatórias. Além disso, ao fornecer instrumentos que permitam diagnosticar e

avaliar as condições de vida dos migrantes, favorece o aprimoramento dos serviços públicos e a formulação de programas de inclusão social.

A consolidação de um observatório estadual permite transformar informação em conhecimento, conhecimento em ação e ação em transformação social, reforçando o compromisso de Mato Grosso do Sul com a inovação institucional e com a valorização das pessoas em movimento.

Os elementos históricos e territoriais analisados no Capítulo 2 evidenciam que o Estado ocupa posição singular no corredor transfronteiriço sul-americano, realidade que tende a se intensificar com a integração bioceânica. O Capítulo 3 demonstrou, por meio da bibliometria, a importância da sistematização contínua de informações para fortalecer o diagnóstico regional e orientar o planejamento das políticas migratórias.

Os resultados apresentados no Capítulo 4, obtidos a partir da análise do atendimento no CADH e das percepções dos migrantes, revelam fragilidades como descontinuidade de serviços, fragmentação intersetorial e ausência de mecanismos consistentes de monitoramento. Tais evidências sustentam a pertinência de um observatório enquanto instância permanente, interdisciplinar e intersetorial, apta a integrar informações, produzir diagnósticos e apoiar o Estado na implementação de políticas que assegurem atendimento adequado e contínuo.

O Capítulo 5 destacou que o observatório, além de sistematizar informações, oferece fundamentos analíticos para o desenvolvimento de indicadores capazes de mensurar eficácia, eficiência e efetividade das políticas migratórias. A apresentação de indicadores de processo e de resultado reforça seu potencial como ferramenta de gestão pública e como instância produtora de evidências indispensáveis ao aprimoramento das ações governamentais.

Parte-se, portanto, da hipótese de que a criação de um observatório de migrações internacionais pode fortalecer significativamente a gestão pública estadual, ao mesmo tempo em que contribui para a melhoria da qualidade do planejamento migratório, tornando-o mais integrado, preventivo e orientado por evidências.

Nesse cenário, as considerações finais apontam que a criação do observatório de migrações internacionais em Mato Grosso do Sul não representa apenas uma proposta metodológica ou institucional. Trata-se de um passo fundamental para estruturar uma política migratória estadual robusta, transparente e orientada por evidências. Ao articular conhecimento científico, dados empíricos e práticas de gestão, o observatório pode fortalecer a capacidade institucional do Estado, ampliar sua atuação diante dos desafios da mobilidade humana e contribuir para o desenvolvimento regional em um contexto de transformações contínuas.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. Venezuela | **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados**. Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/venezuela>. Acesso em: 2 out. 2025.
- ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **Global Trends Report 2024**. Genebra, 2024. Disponível em: https://www.unhcr.org/sites/default/files/2025-06/global-trends-report-2024.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 14 set. 2025. Tradução livre.
- ACNUR. Lei 9.474 de 1997 – **Estatuto dos Refugiados**: comentários. Brasília: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 1997. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/>. Acesso em: 4 set. 2025.
- ACNUR. **Relatório sobre a integração de migrantes e refugiados no Brasil**. Brasília: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 2 out. 2025.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil**. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/download/11843/13620/14726>. Acesso em: 6 out. 2025.
- ALMEIDA, Yuri Teixeira de; CLEPS, Geisa Daise Gumiero. **A relevância do Brasil como destino migratório internacional: um olhar para os principais fluxos contemporâneos (2010-2022)**. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, vol. 15, n. 1, p. 453-475, 2024. DOI:10.14393/OREG-v15-n1-2024-74545. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/74545>. Acesso em: 10 set. 2025.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 29 out. 2025.
- ARIA, M.; CUCCURULLO, C. **Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis**. *Journal of Informetrics*, 2017. Disponível em: <https://www.iris.unina.it/retrieve/e268a732-2ef6-4c8f-e053-1705fe0a812c/1-s2.0-S1751157717300500-main.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.
- BAENINGER, Rosana. **Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI**. In: BAENINGER, Rosana (org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o século XXI*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2019. p. 107–136. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/cap4.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.
- BAENINGER, Rosana et al. **Observatório das Migrações em São Paulo: estudos temáticos**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/publicacoes/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BARRETTO, Raquel Silva; OLIVEIRA DE SOUZA, Carlos Ernesto. **Análise das produções científicas sobre saúde e contextos migratórios no Brasil**. Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, v. 14, n. 1, 2025. DOI:10.33362/ries.v14i1.2964. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/2964>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo contra o Contrabando de Migrantes. Diário Oficial da União, Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Justiça. Departamento de Migrações. OBMIGRA 2023: **Relatório Anual – 10 anos**. Brasília: MJSP, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/Relat%C3%B3rio%20Anual%202023.pdf. Acesso em: 2 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Rotas de integração sul-americana: Relatório 2024**. Brasília: MPO, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/rotas-de-integracao/relatorio-2024-rotas-de-integracao.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. **Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão de visto permanente a nacionais do Haiti. Conselho Nacional de Imigração, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018**. Dispõe sobre vistos temporários e autorização de residência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 4 set. 2025.

BRASIL. **Relatório sobre migração internacional e desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul**. Brasília: Ministério da Economia / Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/migracao-desenvolvimento-ms.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Relatório 2024 – Rotas de Integração**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL ESCOLA. **Tráfico negro**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negroiro.htm>. Acesso em: 6 set. 2025.

BRENNER, N. **Novos espaços urbanos: teoria urbana e a questão da escala**. Oxford: Oxford University Press, 2019. DOI: 10.1093/oso/9780190627188.001.0001. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/34955>. Acesso em: 12 set. 2025.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Travessia sem volta: judeus poloneses refugiados no Brasil**. Revista del CESLA. International Latin American Studies Review, v. 22, p. 7-52,

2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243360086002/html/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

COMISSION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). (2021). **La dimensión territorial en el marco de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: Guía metodológica para la planificación estratégica en un territorio.** CEPAL, Santiago. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46874-dimension-territorial-marco-la-agenda-2030-desarrollo-sostenible-guia-metodologica>. Acesso em: 12 ago. 2025. Tradução livre.

CONSTANTINO, Michel; COSTA, Reginaldo Brito da; BOLSON, Daniel Silva; MENDES, Dany Rafael Fonseca. **Mato Grosso do Sul na Rota do Crescimento: uma investigação sobre as potencialidades impulsionadas pela Rota Bioceânica.** Interações, Campo Grande, v. 24, n. 4, e2444195, out./dez. 2023. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4195>. Acesso em: 20 out. 2025.

COSTA, Nayara Belle Nova da. **Migrações Internacionais e Refúgio no Brasil entre 2000 e 2014: uma análise espaço-temporal.** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT). **Rodovias e corredores logísticos: Rota Bioceânica.** Brasília: DNIT, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br>. Acesso em: 6 ago. 2025.

DONTHU, N. *et al* (2021). **How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines.** Journal of Business Research, 133, 285–296. Disponível em: <https://fenix.iseg.ulisboa.pt/downloadFile/563083097454988/8.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

FERNANDES, Duval. **A imigração haitiana para o Bonthrasil: características, oportunidades e desafios.** Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 151–163, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/>. Acesso em: 4 set. 2025.

GARFIELD, E. **Indexação de citações: teoria e aplicação em ciência, tecnologia e humanidades.** Philadelphia: Institute for Scientific Information, 1979. Disponível em: <https://garfield.library.upenn.edu/ci/title.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

GLÄNZEL, W. **Bibliometria como campo de pesquisa: teoria e aplicação de indicadores bibliométricos.** Leuven: Katholieke Universiteit Leuven, 2003. Acesso em: <https://nsdl.niscpr.res.in/xmlui/handle/123456789/968>. Acesso em: 28 set. 2025.

HOWLETT, Michael. **Designing Public Policies: Principles and Instruments.** 2. ed. London: Routledge, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/9781315232003_previewpdf.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos 2000–2022.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html>. Acesso em: 6 set. 2025.

IOM. Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Global Report 2018. Operations and Emergencies**. Publicação: 2019. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/GAR%25202018%2520-%2520Print%2520quality.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

IOM. Organização Internacional para as Migrações (OIM). **Relatório Mundial sobre Migração 2022**. Genebra: OIM, 2021. Publicação: 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/WMR-2022-EN.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. esp., maio 2007. DOI: 10.1590/S1414-49802007000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/>. Acesso em: 19 set. 2025.

MACÊDO, Diego José; MARICATO, João de Souza Leite; SHINTAKU, Milton. **Observatórios: reflexões sobre os conceitos e aplicações em Ciência, Tecnologia e Inovação e relações com a Ciência da Informação**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1395>. Acesso em: 2 nov. 2025.

MACHADO, Lia Osório; FERNANDES, Duval Magalhães. **As cidades gêmeas na fronteira Brasil-Paraguai: integração e desafios da convivência urbana**. Revista GeoUERJ, n. 32, p. 1–20, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso em: 3 ago. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos (SEAD). **Decreto nº 16.547, de 17 de janeiro de 2025**. Reorganiza, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Centro de Atendimento em Direitos Humanos (CADH), vinculado à Secretaria de Estado responsável pela Política Pública de Direitos Humanos, e dá outras providências. Disponível em: https://assets.imprensaoficial.ms.gov.br/public/prd/Diario%20Oficial/2025/01/20/DO11724_20_01_2025.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Banco Interativo – Imigrantes Internacionais Registrados no Brasil (com Registro Nacional Migratório – RNM)**. Campinas, SP: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP. Data do download: anual e 31/01/2025 para 2024. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional-para-o-brasil/> Acesso em: 12 set. 2025.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMigra). **Resumo executivo: relatório anual do OBMigra 2022**. Brasília: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério do Trabalho e Previdência, 2022. Disponível em: <https://obmigra.mj.gov.br/>. Acesso em: 07 set. 2025.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMigra). **Relatório Anual das Dinâmicas Migratórias no Brasil – 2023**. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relat%C3%B3rio%20Anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%2005.12%20-%20final.pdf. Acesso em: 09 set. 2025.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 74.

OLIVEIRA, T. S.; SILVA, M. L. **Ciência aberta e políticas públicas: desafios e oportunidades para o Brasil**. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 57, n. 1, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/WHwnb95TWysQcnCQjvtsF3B/>. Acesso em: 17 out. 2025.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). (2019). **Regions in Industrial Transition: Policies for People and Places**. OECD Publishing, Paris. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/regions-in-industrial-transition_c76ec2a1-en.html. Acesso em: 8 ago. 2025. Tradução livre.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). (2020). **A Territorial Approach to the Sustainable Development Goals: Synthesis Report**. OECD Publishing, Paris. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/a-territorial-approach-to-the-sustainable-development-goals_e86fa715-en.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 ago. 2025. Tradução livre.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). (2021). **A Territorial Approach to the Sustainable Development Goals in Paraná, Brazil**. OECD Regional Development Papers, No. 17. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/a-territorial-approach-to-the-sustainable-development-goals-in-parana-brazil_a24b52a5-en.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 ago. 2025. Tradução livre.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). (2023). **Implementation Toolkit: OECD Recommendation on Regional Development Policy**. OECD Publishing. Disponível em: https://www.oecd.org/en/about/projects/implementing-the-oecd-recommendation-on-regional-development-policy-toolkit.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 ago. 2025. Tradução livre.

PAIVA, Odair da Cruz. **Migrações internacionais para o Brasil: representações 1947–1978**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/67131>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PÉREZ, Lisandra Guerrero. **Modelo de valor agregado: uma análise nos serviços de informação dos observatórios sociais da Comunidade Ibero-Americana de Nações**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bits/treams/b83e6904-aa03-43b3-bfd2-343efafc9a70/contente>. Acesso em: 15 out. 2025.

PRITCHARD, A. (1969). **Statistical bibliography or bibliometrics**. *Journal of Documentation*, 25(4), 348–349. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/139605167/Statistical-Bibliography-or-Bibliometrics>. Acesso em: 5 de set. 2025.

SANTOS, M.; & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Record. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DB7x5gphSZcv7StdbqX7cxQ/?format=pdf&lang=pt#:~:text=O%20Brasil:%20territ%C3%B3rio%20e%20sociedade%20no%20in%C3%ADcio%20do%20s%C3%A9culo%20XXI>. Acesso em: 16 set. 2025.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2719>. Acesso em: 29 set. 2025.

SASAKI, Elisa Massae. **Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas, 2000. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_39.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz & Terra, 2016. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=f_1bDwAAQBAJ. Acesso em: 3 set. 2025.

SILVA, Ana Cláudia da; PEREIRA, Edvaldo de Souza. **Fronteira e segurança pública: desafios na região de Corumbá (MS) e Puerto Quijarro (BO)**. *Cadernos de Estudos Fronteiriços*, v. 8, n. 2, p. 45–60, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cef>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SILVA, F. R. C.; GRECHI, D. C.; CARNEIRO, C. P. **A governança do turismo em uma fronteira internacional: políticas públicas e paradiplomacia no contexto da Rota de Integração Latino-Americana (RILA)**. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 4, e2444208, out./dez. 2023. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/4208>. Acesso em: 7 set. 2025.

SMALL, H. (1973). **Co-citation in the scientific literature: A new measure of the relationship between two documents**. *Journal of the American Society for Information Science*. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0020027174900588>. Acesso em: 15 out. 2025.

SPINAK, E. **Indicadores científicos**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998. DOI: 10.18225/ci.inf.v27i2.795. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/795>. Acesso em 28 set. 2025.

UNICAMP. **Migração, Migrações. Idéias**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, v. 2, n. 1, p. 31–41, 2011. DOI: 10.20396/ideias.v2i1.8649329. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649329>. Acesso em: 6 out. 2025.

UNIRILA. **Rota Bioceânica, meio ambiente e direitos sociais: o papel do observatório UniRILA**. Revista Multitemas, v. 28, n. 63, 2023. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/download/4868/3092>. Acesso em: 20 set. 2025.

VELHO, L. M. L. M. **O mapeamento da ciência: perguntas e desafios. Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 6, n. 12, p. 7-22, 2001. Disponível em: http://www.cgee.org.br/publicacoes/parcerias_estrategicas_sumario_12.php. Acesso em: 13 set. 2025.

VIEIRA, Leide Jane; SILVA, Ilaydiany Oliveira. **A produção científica sobre os estudos bibliométricos no Brasil: uma análise a partir da Brapci**. Em *Questão*, vol. 29, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/128160>. Acesso em: 12 out. 2025.

VIEIRA, Leide J.; BAENINGER, Rosana. **Migrações, fronteiras e interculturalidade**. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, v. 30, n. 59, p. 63-78, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/toc/remhu/2022.v30n59>. Acesso em: 27 set. 2025.

VILELA, Elaine Meire; LOPES, Livia Beatriz Ferreira. **Balço da produção acadêmica sobre migração internacional no Brasil**. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 72, p. 55-88, 2.º sem., 2011. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/359>. Acesso em: 15 out. 2025.

ZUPIC, I.; ČATER, T. **Métodos bibliométricos em gestão e organização**. Organizational Research Methods, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015. DOI: 10.1177/1094428114562629. Disponível em PDF: <https://research.gold.ac.uk/26859/>. Acesso em 18 out. 2025.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista Estruturada: Experiências de Migrantes Internacionais no Acolhimento em Mato Grosso do Sul

Objetivo: Compreender as experiências e percepções dos migrantes internacionais em relação ao acolhimento, cadastramento e encaminhamento realizados pelo poder público em Mato Grosso do Sul.

Orientações:

- a. A entrevista será conduzida de forma confidencial, respeitando a privacidade do participante;
- b. As respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos;
- c. O(A) participante pode interromper a entrevista a qualquer momento ou optar por não responder alguma pergunta.

I. DADOS INICIAIS DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Qual é o seu nome ou como prefere ser chamado? (opcional)

2. Qual a sua faixa etária?

2.1 () 18-24 anos

2.2 () 25-34 anos

2.3 () 35-44 anos

2.4 () 45-54 anos

2.5 () 55-64 anos

2.6 () 65+ anos

3. Qual é a sua identidade de gênero?

3.1 () Feminino

3.2 () Masculino

3.3 () Transgênero

3.4 () Não binário

3.5 () Outro (especificar)

3.6 () Prefere não dizer

4. Qual seu país de origem?

4.1 () Argentina

4.2 () Bolívia

4.3 () Chile

4.4 () Colômbia

4.5 () Cuba

4.6 () Equador

4.7 () Haiti

4.8 () Paraguai

- 4.9 () Peru
- 4.10 () Venezuela
- 4.11 () Outro (especificar)

5. Há quanto tempo você reside no Brasil?

- 5.1 () Menos de 1 ano
- 5.2 () De 1 a 3 anos
- 5.3 () De 4 a 6 anos
- 5.4 () De 7 a 10 anos
- 5.5 () Mais de 10 anos

6. Há quanto tempo você reside no estado de Mato Grosso do Sul?

- 6.1 () Menos de 1 ano
- 6.2 () De 1 a 3 anos
- 6.3 () De 4 a 6 anos
- 6.4 () De 7 a 10 anos
- 6.5 () Mais de 10 anos

7. Você reside em qual município do estado de Mato Grosso do Sul?

8. Está no país com sua família? () Sim () Não

8.1 Em caso afirmativo, são quantas pessoas, incluindo você? _____

II. ACOLHIDA NO PAÍS

9. O que te trouxe para o estado de Mato Grosso do Sul?

- 9.1 () Busca por emprego
- 9.2 () Consegui um emprego no Estado
- 9.3 () Já tenho familiares morando no Estado
- 9.4 () Fui trazido pelo Projeto Acolhida do Governo Federal
- 9.5 () Outros: (especificar?)

10. Você foi cadastrado(a) em algum sistema ou programa (estadual ou municipal)?

- () Sim () Não

11. Em caso afirmativo, após o cadastramento, você foi encaminhado para qual(is) serviço(s)?

- 11.1 () 2ª via de Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM)
- 11.2 () Recadastramento/renovação de Refúgio
- 11.3 () Renovação de Autorização de Residência Provisória ou Permanente
- 11.4 () Polícia Federal
- 11.5 () Emissão de CPF
- 11.6 () Outros (especificar):

III. DESAFIOS E SUGESTÕES DO(A) ENTREVISTADO(A)

12. Você está trabalhando atualmente? () Sim () Não

12.1 Em caso afirmativo, em qual cidade do Estado está trabalhando?

13. Pretende permanecer residindo no estado de Mato Grosso do Sul? () Sim () Não
14. O que você acredita que o poder público (municipal e estadual) poderia fazer para melhorar o atendimento aos migrantes?
- 14.1 () Apoio jurídico nas questões migratórias
- 14.2 () Garantir acesso ao SUS
- 14.3 () Facilitar a matrícula de crianças e adolescentes em escolas públicas
- 14.4 () Incentivar empresas locais a contratar trabalhadores migrantes
- 14.5 () Oferecer suporte habitacional temporário
- 14.6 () Promover campanhas contra a discriminação e a xenofobia
- 14.7 () Estimular eventos culturais para fortalecer a diversidade e inclusão
15. Você já ouviu falar sobre a Rota Bioceânica? () Sim () Não
- 15.1 Em caso afirmativo, acredita que sua implantação pode influenciar sua vida ou a vida de outros migrantes internacionais no futuro? () Sim () Não Porque: _____
-